

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

O limite entre o mal-estar social e a depressão
Análise do cotidiano na metrópole de São Paulo

Cibele Bitencourt dos Santos

São Paulo
Outubro de 2018

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

O limite entre o mal-estar social e a depressão
Análise do cotidiano na metrópole de São Paulo

Cibele Bitencourt dos Santos

Trabalho de Graduação Individual do curso bacharelado em Geografia orientado pela professora Ana Fani Carlos do Departamento de Geografia e apresentado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

São Paulo
Outubro de 2018

Sumário

| | |
|------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução | 1 |
| 1. A cidade de São Paulo e a urbanização | 5 |
| 2. O indivíduo, a identidade e o consumo | 10 |
| 3. A ruptura dos referenciais e crise das relações sociais | 16 |
| 4. Violência urbana | 23 |
| 5. Mal-estar, um transtorno social | 27 |
| 5.1 Sigmund Freud | 27 |
| 5.2 Zygmunt Bauman | 29 |
| 5.3 Sérgio Paulo Rouanet | 32 |
| 6. O cotidiano | 34 |
| 6.1 Trabalho | 36 |
| 6.2 Mobilidade e Circulação | 44 |
| 6.3 Vida pública e privada | 47 |
| 6.4 Lazer | 51 |
| 7. Depressão, um transtorno individual | 56 |
| 8. Considerações finais | 63 |

Referências bibliográficas

Anexos

Introdução

Através da geografia é possível pensar o espaço como uma dimensão da realidade, essa ciência permite compreender o elo entre diferentes faces que compõem determinada região. Ela surge a partir do momento em que o homem se diferencia da natureza iniciando os processos de apropriação objetiva e subjetiva por meio de aplicação de trabalho em um ambiente natural produzindo, assim, os espaços. Essa apropriação da natureza, inicialmente visando a sobrevivência baseada na alimentação, habitação e vestimentas gera consigo uma ordem tópica, ou seja, uma localização e distribuição específica para os elementos e fenômenos que constituem o cenário e que se dá a partir das referências e das relações entre lugares.

A compreensão das relações dada entre Homem-Natureza e Homem-Homem em um determinado espaço e tempo, e da localização e distribuição dos fenômenos é importante para a formação do raciocínio geográfico e da própria consciência por meio da compreensão da relação do indivíduo com o meio e sua posição na sociedade. Ao pensarmos na cidade como resultante de novas configurações dessas relações baseadas a partir das atividades realizadas podemos analisar o espaço produzido para compreender a cidade e suas contradições.

O homem urbano é plenamente impactado pelas características das cidades, estas, por sua vez, apresentam relações sociais cujas comunicações se estabelecem por linguagens específicas, motivações de vida futura que muitas vezes são permeadas por expectativas econômicas, afetividades dispostas por vezes de maneira rasa, um sistema político viciado, etc. Tudo isso perfazendo uma cultura que conduz o sujeito mais e mais para comportamentos solitários e isolados.

O espaço, nesse sentido, tende a se construir como opressivo (considerando que o espaço e a sociedade fazem parte um do outro, ou seja, se constituem). Observa-se, com isso, metrópoles caracterizadas por apresentarem uma vida urbana conturbada decorrente dos excessos como trânsito intenso e caótico, congestionamentos de carros e pessoas, poluição sonora, visual e do ar, expressiva sensação de falta de tempo, efemeridades das relações humanas, ausência de locais para reuniões sociais que não sejam de trabalho, pobreza de presença de

espaços públicos que afetam o desenvolvimento da sociabilidade, da espontaneidade e da criação, além da eliminação de momentos de contemplação das paisagens e da presença da violência em diversas faces, entre demais características.

A cidade de São Paulo apresenta intensa concentração e ritmo de funcionamento acelerado característico das grandes metrópoles e é considerada uma metrópole global entre as mais influentes em vários aspectos. Em sua formação, São Paulo apresentou um crescimento excessivo, desmedido dando origem a um espaço fragmentado e desigual no qual as relações e os antigos valores foram se transformando.

A metrópole se constitui eliminando os pontos de encontro, o lugar da festa; tragando os rituais e seus mistérios e, com isso, elimina as antigas referências destruindo a memória social e fragmentando o espaço e as relações do indivíduo, por meio da descaracterização decorrente da transformação de bairros inteiros pelos quais, percebemos a fragmentação no processo de constituição da metrópole. (Carlos, 2018, pg. 79)

A vida na metrópole pode tornar-se um problema para parte de seus habitantes que devido às condições presentes acabam deixando de vivenciar os momentos prazerosos que a metrópole pode oferecer e são condicionados a moldarem suas vidas a condição e ritmo dessa, mesmo não se adaptando a sua configuração. Tal situação é fomentada pela produção do espaço sob a lógica capitalista e pelo processo de mercantilização do espaço numa sociedade de consumo que passa por um momento de modificação de hábitos considerados tradicionais. Posto tais aspectos, é possível considerar que, devido ao aumento populacional, a complexificação das relações sociais e conseqüentemente do contato entre as pessoas e ainda, a intensificação do ritmo cotidiano causa um impacto sobre a população em geral resultando em um ambiente propício para o desenvolvimento de estresse, mal-estar e conseqüentes estados depressivos.

Partindo desse cenário, esse trabalho tem por objetivo a construção de hipóteses que relacionam os elementos do cotidiano na metrópole de São Paulo com o aumento do mal-estar e a depressão a partir da apresentação da metrópole e análise dos possíveis gatilhos do estresse que afetam o psíquico da população. Assim, procuro abordar a depressão através das mudanças do cotidiano, por meio

do deslocamento da explicação do estado de depressão como uma questão apenas física e mental. As questões iniciais são as seguintes: o mal-estar causado pelas dinâmicas da metrópole influencia no aumento da depressão? O mal-estar social está sendo confundido com depressão? Ou ambas situações estão ocorrendo?

Pelo fato da pesquisa não ter por base trabalho de campo, será seguido o caminho investigativo embasado em autores que tratam questões inseridas no dia a dia e que estruturam a vida e o cotidiano do cidadão. Assim, primeiramente será feita uma síntese de determinadas características e fenômenos ocorridos na cidade de São Paulo os quais a moldaram tal como é hoje. Posteriormente será trabalhado – de modo incipiente, pois são temas mais específicos da área da psicologia –, o conceito de mal-estar social, a fim de compreendê-lo para que seja possível verificar sua relação com o cotidiano. Em seguida, será analisado o cotidiano por meio da situação do mercado de trabalho no momento de flexibilização da economia acompanhada da terceirização, as condições de circulação entre os lugares frequentados, o modo que se gasta o tempo livre, e as opções e escolhas de lazer. Por fim será abordada a depressão como doença e será feita uma introdução a questão da indústria farmacêutica de modo a complementar o raciocínio seguido no trabalho. Isso levando em conta uma sociedade em que a violência urbana é reproduzida desde suas origens e que, atualmente, tem como principal propósito a produção de capital e renda, a qual define a ordem tópica dos fenômenos, os movimentos no espaço, e os fluxos. Também será abordado o estabelecimento de um modo de vida que envolve uma racionalidade do consumo em um momento caracterizado pelo aprofundamento da individualidade, declínio da sociabilidade e mudanças nos modos de apropriação do espaço – que vem recriando os referenciais que sustentam a vida dando-lhe sentido – restringindo suas capacidades de estabelecer relações significativas com o lugar e as pessoas enfraquecendo as relações sociais com os vizinhos, por exemplo.

Esse trabalho é fruto de inquietações que surgiram no curso de geografia da metrópole e que me desafiaram. Através deste desafio o trabalho é também uma tentativa de sair da “zona de conforto” das pesquisas realizadas no curso, mas trazendo os ensinamentos decorrentes dele para refletir sobre outras questões impostas pela vida cotidiana na metrópole e que nos provoca. Deste modo tentarei

construir – usando as disciplinas do curso – um cenário capaz de traçar explicações possíveis para o tema em tela.

Portanto aqui tratamos com temas e autores que são “estranhos” ao âmbito da geografia e conceitos novos, mas que podem nos ajudar a construir respostas para nossas questões; por isso mesmo ainda não conseguimos nos apropriar totalmente de suas ideias em profundidade.

1. A cidade de São Paulo e a urbanização

Em decorrência da complexificação das relações sociais, observou-se nitidamente o aumento populacional no mundo todo. A cidade de São Paulo é uma cidade global com grande importância econômica no território brasileiro e, atualmente, conta com uma população estimada em mais de 12,11 milhões de habitantes. A cidade deu início ao processo de industrialização por volta de 1890 devido às atividades cafeicultoras, neste período a população estava em torno de 70 mil habitantes. Por volta da segunda metade do século XIX início do século XX surgem complexos industriais que impulsionam seu crescimento tornando-a atrativa para diferentes grupos de imigrantes e em 1900 a população chegou a 240 mil habitantes.

A segunda revolução industrial (entre 1850 e 1950) e o surgimento do capitalismo financeiro estimulou a disputa por lucro entre empresas dando origem a novas formas de produção visando o aumento do lucro e a redução de custo na produção, tais mecanismos criados para estes fins foram o taylorismo/fordismo e o toyotismo/acumulação flexível. Tais modelos induziram o processo de urbanização da cidade e interferiram na produção do espaço urbano o qual começa a se moldar sob a lógica capitalista, interferindo diretamente no modo de vida da população.

O crescimento proporcionado por esses eventos se dá de forma desigual formando periferias de modo que a mancha urbana expande-se de forma desmedida sem o devido planejamento. Tal espraiamento urbano torna-se expressivo no período em que há o desenvolvimento das indústrias (que teve como base a acumulação de capital oriundo da agricultura cafeicultora, a qual entrava em declínio) quando parte da população que trabalhava na produção do café passou a trabalhar nas fábricas e morarem nas periferias.

A maneira que se dá esse crescimento e o desenvolvimento da cidade produz espaços passíveis de estranhamento no qual o indivíduo depara-se com a ausência de sentidos e de significações com os demais indivíduos e com o espaço do vivido. Ocorre um processo de perda de referências e de memória social que são construídos a partir da apropriação dos locais, no brincar na rua, encontrar os amigos na praça, fazer compras na quitanda na qual se tem uma conta no

caderninho das vendas “á fiado”. Mas essas situações foram se transformando. O ato de brincar nas ruas foi substituído primeiro pelos playground dos prédios e, depois, pelos vídeo games e pela internet tornando as relações mais “virtuais” minimizando os vínculos entre os sujeitos e os lugares. Dessa forma, sucede a perda do movimento de apoderar-se do espaço que ocupa. Tal conjuntura não restringe-se as crianças, alcança o mundo dos adultos onde parte deles estão preferindo passar seu tempo livre refugiando-se da cidade caótica e frenética, evitando deparar-se com multidões e trânsito.

O momento urbano traz como algumas de suas características a individualização e a diminuição dos encontros e interações sociais em espaços públicos. O isolamento é fomentado pelo uso produtivo da cidade afetando a reprodução da vida por meio do valor do acesso ao solo urbano. Em um cenário no qual há o movimento crescente de individualidade, velocidade elevada dos acontecimento e que os interesses do capital e da sociedade são diferentes, o espaço urbano se reproduz de modo fragmentado criando e aprofundando contradições.

Outra característica do momento urbano é o fortalecimento da sociedade do consumo na qual o mundo da mercadoria provoca desejos que são, na verdade, necessidades impostas por ele e provocam sintomas que pressionam o sujeito a consumir não apenas objetos, mas também ideias, valores e estilos de vida como um meio de fazer parte de algo. O que comercializa-se são marcas e status que passam a ser mais valorizados que a qualidade, seja do produto ou das relações.

A cidade espalhou-se de forma desigual de tal modo que separou o lugar de moradia do lugar de trabalho para a maior parte da população segregando as pessoas no espaço, diminuindo a importância dos espaços públicos e as possibilidades de encontro entre os diferentes perfis que compõem a cidade. Nesse sistema todos os produtos se transformam em mercadoria, e a cidade produzida sob ele se realiza como uma produção capitalista e, portanto, como mercadoria também. Na relação entre necessidade e desejo a realização da vida se faz não mais pela apropriação dos lugares, mas sim pela apropriação de coisas. Tais situações geram um sentimento de mal-estar em seus habitantes e de falta de identificação com o ambiente vivido.

O acesso das pessoas aos espaços da metrópole, que começa na habitação e chega até o lazer, são definidos pelo mercado. Na sociedade de classes quanto maior a renda, maior a possibilidade de frequentar escolas melhores, ter plano de saúde, mais horas destinadas ao lazer, etc. Já na periferia, cujo acesso a esses bens produzidos são mais complicados, a população está mais sujeita a situações de estresse que devido estarem mais longe dos centros, o tempo de mobilidade é elevado, o acesso aos serviços da metrópole são mais precários, e a violência urbana vivida é mais intensa.

Houve também as mudanças de valores onde “o mundo dos homens passa a ser o mundo das coisas” (Carlos, 1999) e o lazer transformou-se em mais um produto comerciável. Devido ao estresse do dia a dia, a atenção no trabalho desgastante, nos diversos tipos de poluição que são sufocantes, no estado de alerta da violência, ou até mesmo na indignação sobre o mal funcionamento da cidade, geralmente, não pensa-se sobre a razão dessa disfuncionalidade. Tudo isso desvia a percepção das mudanças estruturais do cotidiano, aonde o espaço apropriado para a vida vem mudando de sentido: o uso da vida torna-se distância. Na metrópole o espaço torna-se uma rota que leva o cidadão do ponto A ao ponto B, causando a sensação de não pertencimento entre o indivíduo e o espaço.

Esse espaço esvaziado de relações sociais é preenchido por um bombardeamento de informações de variados tipos, notícias, propagandas, informações sobre o tempo, o horóscopo, o capítulo da novela, o novo filme nos cinemas, o preço do dólar, os assassinatos da noite anterior, etc. A informação assume uma importância crescente e o que espera-se do sujeito moderno é que ele esteja a par dos acontecimentos, dos lançamentos, desde os mais banais até os que impactam diretamente em suas vidas. Porém são tantas informações, de fontes e perspectivas distintas, e numa velocidade tão rápida que não há tempo para analisá-las e sequer absorvê-las. Desse modo – ligeiro e de maneira frívola – também se passa os contrastes da cidade que não são percebidos devido ao individualismo que toma lugar do pensamento do coletivo.

As preocupações e “as obrigações” do dia a dia ocupam quase todo o tempo do indivíduo, diminuindo os encontros sociais criativos nos quais a identidade do sujeito coletivo se constrói. O mundo do consumo ao invadir a vida cotidiana traz

mudanças no modo como o indivíduo se relaciona com os objetos e com os outros indivíduos, contribuindo para o fortalecimento da individualidade e acentuando a negação do coletivo, que aparece no desejo comum pelo consumo imposto pelo marketing. Além disso, o desenvolvimento do consumo engloba as novas tecnologias – como celulares possibilitando o isolamento, o afastamento entre as pessoas travestido da ideia de que a tecnologia promove a aproximação.

Observa-se que vivemos em um momento de crescimento do uso e dependência da tecnologia. Esta que possibilita maior interação social virtualmente acaba por mostrar, por outro lado, também o resultado oposto. No contato virtual há o risco de tornar as interações superficiais por meio da perda de detalhes, emoções e de diversos sentimento. A tecnologia trouxe ainda as redes sociais, atual distração na qual o objetivo de grande parte de seus usuários é compartilhar suas vidas, principalmente os momentos aparentemente felizes, criando uma nova situação de "comparações" de experiências. Em conjunto a isso há os estímulos ao consumo para chegar enfim a felicidade. Situações essas que podem reforçar a tendência para a depressão.

A modernidade também caracterizou-se pela velocidade que alterou o ritmo e o modo de funcionamento das atividades da cidade que precedeu o modo de vida característico das metrópoles contemporâneas. Essa mudança no tempo traz alterações na forma como ele é usado e, em decorrência, altera também o espaço posto que as mudanças na cidade se fazem com incrível rapidez destruindo os marcos constitutivos da identidade. A dinâmica espaço-tempo reproduzida num cotidiano fragmentado na metrópole, aonde as possibilidades de encontro escasseiam pela aceleração do tempo, acaba por interferir na saúde mental do indivíduo. Segundo estudos feitos pela OMS mais de 29% da população de regiões metropolitanas sofrem de algum tipo de perturbação mental, sendo São Paulo uma dessas cidades.

Tais situações como as mudanças nos processos de produção do espaço, transformações das relações sociais, aceleração do ritmo de funcionamento da metrópole, transformações que ocorrem na dinâmica das cidades promovendo aumento na tensão diária, alto grau de competitividade, consumo desenfreado, violência urbana, modificações dos valores seguidos em conjunto com um

movimento de perda de referenciais e identidades mutáveis e aumento da individualização caracterizam o momento urbano que vivemos e, a hipótese trabalhada, é que esses fatores podem estar relacionado com o estresse, o mal-estar e a depressão.

A metrópole de São Paulo apresenta seus fenômenos em desmedida, há um excesso de pessoas e os eventos, ocorrem e são percebidos, em um grau maior. Tudo apresenta-se com dimensões excessivas, as 8 horas de trabalho na metrópole difere-se das mesmas 8 horas em cidades pequenas, a intensidade é outra. Os afazeres como ir ao dentista, ao médico, ao mercado ou ao banco, requer um tempo maior. Esse gasto de tempo elevado para realizar coisas básicas no cotidiano devido à mobilidade, excesso de pessoas, filas, distâncias, etc. pode ser um dos gatilhos do estresse.

O estresse refere-se a noção de tensão e pressão, situação na qual o sujeito sente-se apressado e oprimido. Diante disso pensasse em como o organismo responde a pressões psicológicas. A urbanidade contemporânea mudou a relação entre espaço e tempo e, o espaço aparece como um dos fatores do estresse na forma de trânsito, no longo tempo de deslocamento necessário diariamente, na mobilidade precária, na violência urbana, na transformação dos espaços de encontro e de lazer, situações causadas pela comercialização do espaço urbano.

Assim, procuro detectar os fatores produzidos na sociedade capitalista moderna que provocam estresse que não existiam nas décadas passadas quando a população era menor, a mobilidade era diferenciada, o mundo da mercadoria ainda não tinha invadido e dominado todos os âmbitos da realização da vida, e ainda havia o movimento de apropriação do espaço vivido criando referências e memórias.

2. O indivíduo, a identidade e o consumo

Neste capítulo partiremos da análise do indivíduo urbano contemporâneo por meio do processo de formação da identidade, da diversidade que constitui a cidade e de como o modo de produção do espaço vivido interfere na formação e no desenvolvimento do sujeito. Para isso, será considerado as mudanças que ocorreram nas esferas que promovem interação social e que impactam a identidade dos cidadãos, a fim de focar o indivíduo na metrópole de São Paulo.

Na contemporaneidade o mundo social muda de centralidade, passa da família ou religião para o indivíduo e o “culto de si”. Com o crescimento do individualismo a noção de pertencimento de uma comunidade como um todo (família ou casta definida no nascimento) dá lugar para “o ser independente”. Atualmente, a realização de vida baseia-se em ser proprietário de sua residência, de seu carro, da sua vida social, de si mesmo. A ideia de ser “bem-sucedido” liga-se com a independência em todos os campos da vida, de ser autossuficiente, possuir bens, poder escolher com quem se casar, qual profissão seguir, ter domínio da própria vida. Por mais que esse não seja um modo de vida possível para todos (na verdade, é apenas para uma minoria) é a ideologia que move grande parte da sociedade criando esse tipo ideal de vida. Tal processo causa um declínio dos movimentos coletivos e ascende a competitividade e o egocentrismo.

No momento em que se parte do princípio de que o correto é não ser dependente de ninguém gera, em simultâneo, a ideia da meritocracia que baseia-se nos méritos pessoais de cada indivíduo desconsiderando ou menosprezando os demais fatores que interferem na situação de vida de cada um. Tal processo permite que o próprio sujeito seja responsável tanto pelo seu sucesso, como pelo seu fracasso, ou seja, possibilita que a culpa de ter um emprego com baixa remuneração, residir em bairros periféricos com baixa infraestrutura, não ter acesso à educação de qualidade, etc. recaiam sobre o indivíduo, e não na organização política, econômica e social da população dominada pelo sistema capitalista que em seu primórdio foi construída com a institucionalização do domínio da propriedade privada, meios de produção e da terra para uma pequena parcela da população. E para complementar, os meios de comunicação tendem a reforçar esse estigma por meio de novelas onde os “mocinhos” são independentes, trabalhadores e assim

alcançam seus objetivos, e por meio de notícias pré-selecionadas e manipuladas de modo a culpabilizar o indivíduo, a população, mas raramente responsabiliza o Estado ou a pequena parte da sociedade que é detentora dos meios de produção.

O indivíduo passivo, que se isola e preocupa-se apenas em cuidar de si próprio e que não se envolve com as questões da sociedade contribui para que ocorram as crises políticas. A superação desse egoísmo é alcançada através da participação política e ação pública. No *Dicionário de Ciências Humanas* de Jean-François Dortier, no item “o indivíduo atormentado” está posto que:

Uma nova patologia nasce dessas injunções permanentes de encontrar em si mesmo as motivações da própria ação: o esgotamento psíquico e a depressão. Enquanto as sociedades gerenciadas pelas normas produzem patologias da culpabilidade, como a neurose, uma sociedade fundada na solicitação permanente de si mesmo provoca por sua vez, a depressão, movimento que é acompanhado pelo recurso às drogas (antidepressivos, tranquilizantes) a fim de superar os momentos de pane e desespero. (Dortier, 2010, pg. 306)

Ainda segundo o *Dicionário de Ciências Humanas*, a identidade é o conjunto de características particulares que definem uma pessoa, ela designa o status e os papéis na sociedade e é um processo contínuo que relaciona-se com as experiências vividas, com os interesses e com as características próprias, assim, podemos dividi-la entre identidade coletiva, social, e pessoal. A identidade coletiva são as características em comum de uma população como a língua, religião, modos de vida. A identidade social e estatutária afirma a posição na sociedade e é definida pela idade, pela família, profissão, gênero sexual, etc. E a identidade pessoal diz respeito ao corpo, ao social, e a consciência de ser um ser autônomo. Todos esses fatores contribuem com a interiorização desses diferentes “eu” formando a identidade num processo ao longo da vida, mas apresenta-se mais forte na infância e adolescência.

A identidade se constrói na prática, nas ações do dia a dia, nos espaços, no acesso a eles e seus usos, e nos lugares frequentados. Ela tem como base a família, o trabalho, a religião, a política e as relações pessoais. A desestabilização desses quadros de socialização pode desencadear uma crise de identidade. O que percebemos atualmente é que as práticas presentes em todos os setores da vida estão se modificando, profissões foram extintas, a forma de organizações sindicais e políticas dos operários mudaram, a estrutura familiar não é mais caracterizada por

casamentos duradouros e nem, necessariamente, pelo marido, esposa e filhos. O tempo médio de duração dos casamentos, segundo a pesquisa Estatísticas do Registro Civil do IBGE realizada em 2016, é de 15 anos. A pesquisa ainda mostrou que houve redução de 3,7% no total de casamentos registrados em relação ao ano de 2015, e que dos 1.095.535 dos casamentos civis 5.354 foram entre pessoas do mesmo sexo. Outra mudança significativa foi a inserção das mulheres no mercado de trabalho que além de gerar as jornadas duplas de trabalho, altera também o âmbito da criação dos filhos que não restringe-se mais prioritariamente apenas a mãe, são as avós, tias, vizinhas ou as creches de período integral que auxiliam.

Em decorrência de tais mudanças há uma quebra dos antigos referenciais, os quais serviam com base para a formação da identidade. Ou seja, a estrutura da família, o mercado de trabalho, as tradições culturais, e demais esferas que promovem relações sociais e que contribuem na construção da identidade passam por reestruturações as quais ocorrem a uma velocidade elevada de modo a acompanhar o movimento da metrópole. Dessa forma, não há mais um padrão rígido a ser seguido, ou um modelo de modo de vida “correto”, mas sim diferentes percepções com diferentes referenciais. Nesse cenário, o sujeito é submetido a diversos modelos de condutas, e assim há o risco de formar-se indivíduos fragmentados. A flexibilização das relações quebra a continuidade da formação da identidade dificultando uma construção mais sólida e contínua dela, tal conjuntura pode aprofundar o estranhamento em relação ao local vivido e aos grupos sociais frequentados.

Os momentos da vida cotidiana requerem espaço e tempo para a sua realização. Os espaços dos bairros, dos trajetos e o plano do vivido também constituem a identidade, porém, esses espaços, assim como os referenciais citados acima, se transformam rapidamente. As pessoas mudam, as casas transformam-se em condomínios, ruas tornam-se avenidas e separam os bairros. Esses processos de transformações da metrópole acabam por desenraizar os indivíduos dos lugares, os laços sociais são temporários, efêmeros e a identidade – que se constituía ao longo da vida por meio do cotidiano, nos usos dos espaços da cidade e nas relações com as outras pessoas – tornar-se mais maleável devido a perda desses

referenciais sólidos, enquanto o espaço também sofre alterações e torna-se abstrato.

Rouanet (1993) aborda a produção de um individualismo moderno que é produto dessa nova cidade, a qual transforma-se constantemente por meio de processos que promovem a diminuição dos referenciais e dos espaços públicos de encontro. A identificação, agora, passa a ser feita por meio da mercadoria, através de encontros em lugares que ressaltam a individualidade e o consumo. Isso somado a uma sociedade de classes marcada pelo processo histórico de segregação da cidade, na qual a população da periferia, das classes médias e altas não ocupam os mesmos espaços de encontro.

O processo de formação de identidades na sociedade de consumo é realizado a partir de marcas influentes que atraem grande parte da sociedade. Dessa forma a identidade passa a ser criada pelo mundo da mercadoria e não mais pelas práticas do cotidiano. A quebra dos referenciais é o sinal de que agora a identidade é imposta de fora para dentro. Com o consumo sendo posto como novo referencial surge, em parte da população, um sentimento de frustração por não ser possível acompanhar o mercado com suas inovações. A lógica do consumo manipula os consumidores e contribui para o sentimento do mal-estar. No livro *A vida cotidiana no mundo moderno*, Lefebvre coloca que:

O fim, o objetivo, a legitimação oficial dessa sociedade é a *satisfação*. Nossas necessidades conhecidas, estipuladas são ou serão satisfeitas. Em que consiste a satisfação? Em uma saturação tão rápida quanto possível (quanto às necessidades que podem ser pagas). A necessidade se compara a um vazio, mas bem definido, a um oco bem delimitado. O consumo e o consumidor enchem esse vazio, ocupam esse oco. É a saturação. Logo que atingida, a satisfação é solicitada pelos mesmos dispositivos que engendraram a saturação. Para que a necessidade se torne rentável, é estimulada de novo, mas de maneira um pouquinho diferente. As necessidades oscilam entre a satisfação e a insatisfação, provocadas pelas mesmas manipulações. (Lefebvre, 1991, pg. 89)

Na televisão, na internet, sites de entretenimento, nos anúncios pela cidade, existe uma exorbitância de propaganda para atrair todas as idades e gostos. Desde a infância há um bombardeio de marketing induzindo ao consumo, com a ideia de que ao consumir o determinado brinquedo você fará parte de um grupo, ou que a felicidade está em partilhar uma refeição com a família ou com os amigos em certa rede de *fast food*. A impossibilidade de poder consumir todas essas opções

desencadeia a frustração no sujeito desde muito cedo e sobrepõem a importância do consumo a demais princípios.

De fato e em verdade (mas quem o ignora?) paira um mal-estar. A satisfação generalizada (em princípio) faz-se acompanhar de uma crise generalizada dos “valores”, das ideias, da filosofia, da arte, da cultura. O sentido desaparece, mas reaparece de outra forma: há um vazio enorme, o vazio de sentido, que nada vem encher, a não ser a retórica, mas essa situação tem um sentido, ou vários. (Lefebvre, 1991, pg. 89)

Esse mal-estar, essa desilusão na adolescência, um dos momentos importantes na formação da identidade, em conjunto com as transformações em curso pode estar ligada ao aumento de casos de suicídio na população juvenil. Segundo uma matéria da *Folha de São Paulo*, nos anos de 2000 a 2015 houve um aumento de 65% nos casos de suicídios entre pessoas com idade de 10 a 14 anos, e aumento de 45% nas idades de 15 a 19 anos. Entre as causas estão o bullying, a pressão pela escolha da carreira, o desempenho escolar, as redes sociais que passam a impressão de que “todos estão felizes”, e a dificuldade de lidar com as frustrações.

Lefebvre (1991) ainda assinala a distinção entre satisfação, prazer e felicidade. No momento em que os valores estão deixando de terem seus significados primários sendo transformados, pela lógica do capital e pelo consumo – em algo contrário do que se é – o conceito de felicidade também é alterado. A compreensão sobre a felicidade foi analisada por diversos filósofos, Tales a associa com boa saúde, boa vida e sucesso, Diels diz que é um fenômeno pertencente a alma, Aristipo coloca a felicidade como um sistema dos prazeres particulares do passado e do futuro, Platão a relaciona com virtudes de justiça e temperança e com a situação do homem no mundo e aos deveres que lhe cabem, Aristóteles relaciona com a atividade da alma incluindo satisfação e aspiração mundanas sendo composta de bens exteriores, do corpo e da alma, e para Plotino a felicidade é a própria vida.

Por fim, a felicidade pode ser constituída por satisfações e prazeres abstratos e concretos, porém está sendo cada vez mais relacionada apenas as coisas externas, ao consumo de produtos e lugares. As mercadorias deixam de ser objetos usados para se alcançar a felicidade e tornam-se a própria felicidade, perdendo

assim seu sentido. Tal situação agrava o processo de formação de identidades por meio da inversão dos valores priorizados.

3. A ruptura dos referenciais e a crise das relações sociais

A cidade é concebida a partir das práticas socioespaciais que a moldam de acordo com os valores, cultura e sistema dominante. Conforme as atividades da vida cotidiana vão acontecendo os espaços são produzidos construindo referenciais e novos sentidos para a população. Esse processo se dá por meio da apropriação do espaço e esta intrinsecamente relacionado com a construção da identidade e das memórias. Desse modo, torna-se impraticável tentar pensar a sociedade sem relacioná-la com o espaço, e vice e versa. Carlos (2007) apresenta a cidade como sendo o produto, o meio e a condição para a reprodução das relações sociais, dado que o ser realiza-se produzindo um espaço.

A vida cotidiana, nesta perspectiva, se definiria como uma totalidade apreendida em seus momentos (trabalho, lazer e vida privada e entre os planos do indivíduo e do coletivo) e nesse sentido guardaria relações profundas com todas as atividades do humano – em seus conflitos, em suas diferenças. Para Henri Lefebvre, é na vida cotidiana que ganha sentido, forma e se constitui o conjunto de relações que faz do humano e de cada ser humano um todo. Nessa direção, a cidade como espaço produzido vai ganhando novos sentidos, conferidos pelos modos de apropriação do ser humano, objetivando a produção da sua vida. Deste modo, a apropriação revela-se como uso dos lugares em tempos definidos para cada atividade – produtiva ou não-produtiva. Assim a cidade pode ser analisada como lugar que se reproduz enquanto referência – para o sujeito – e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade que comporá os elementos de sustentação da memória, e nesta medida, a análise da cidade revelaria a condição do homem e do espaço urbano enquanto construção e obra. (Carlos, 2007, pg. 23)

A contradição surge no momento em que a reprodução capitalista ultrapassa as relações sociais da esfera específica do mundo do trabalho e da produção de mercadorias e incorpora espaços que antes não eram de troca, estendendo-se para o plano do habitar, do lazer, das horas de atividades não produtivas e da vida privada. O espaço da cidade, antes produzido primordialmente pela população, criava referências e significados para os sujeitos que a usavam. Agora essa produção do espaço é realizada sob o domínio da mercadoria e do consumo, e a cidade passa a priorizar não mais as necessidades da população, mas sim a manutenção do sistema capitalista. Quando os sujeitos produzem a cidade sob a lógica do capital ela ainda pode ser feita pela sociedade, mas não é mais destinada a ela, pois transforma-se em uma produção alienada da cidade.

Para Lefebvre (1991), no início do século XX, o bom senso, ou o senso comum, era a unidade dos referenciais sólidos e “o homem e o humano se definiam então como ações e atividades” (Lefebvre, 1991, pg. 122), eram sujeitos agindo sob objetos para alcançar um objetivo, todos específicos e concretos num determinado contexto histórico.

Ora, por volta dos anos 1905 – 1910, sob pressões variadas (ciências, técnicas, transformações sociais), os referenciais saltam uns após os outros. A unidade do “bom senso” e da “razão” vacila e desmorona. Desaparece o caráter absoluto do real diante do “sentido comum”. A esse real da percepção bem informada (ou assim pretendida) se substitui ou a ele se sobrepõem um outro real, um outro mundo sensível. Os objetos funcionais e técnicos (ou que se acreditava que fossem técnicos) tomam o lugar dos objetos tradicionais. Em termos mais simples, o reino da eletricidade, da luz elétrica, da sinalização elétrica, dos objetos movidos e comandados eletricamente começa por volta de 1910. Essa importante inovação não atingiu apenas a produção industrial; ela penetrou na cotidianidade, modificou as relações do dia e da noite, a percepção dos contornos. (Lefebvre, 1991, pg. 122)

Ocorre uma inversão, os sentidos tornam-se teóricos e a “abstração associa-se à imediatidade para construir o concreto. Em decorrência disso, na prática, os objetos se tornam signos e os signos se tornam objetos” (Lefebvre, 1991, pg. 123), nesse processo, o referencial deixa de existir no prático sensível. Isso, em conjunto com o aumento das velocidades leva a transformação da percepção dos movimentos, e os contornos – luz e sombra, repouso e mobilidade – se relativizam.

A reprodução do espaço sob a égide do capital impõem um modo de vida a seu favor de modo alienante que não apresenta-se evidente devido a ilusão da liberdade de consumo e de escolhas que é posta como realidade. Porém “O consumo nada criou, nem mesmo relações entre consumidores. Ele é apenas devorador” (Lefebvre, 1991, pg. 125). Os referenciais caíram, a historicidade se apaga e a velocidade altera as relações. O trabalho visto sob a perspectiva de apropriação criativa da natureza dá lugar para o trabalho alienado, o qual Marx define como o trabalho que é exterior ao trabalhador, que não enquadra-se como satisfação de sua necessidade e sim da necessidade de outrem. Lefebvre discorre que:

Com a consciência das relações de produção, a imagem e a ideia do “homem” ativo, criador, produtor e sentido amplo, também tendem a desaparecer. Portanto, também a imagem e a ideia da sociedade como conjunto (como totalidade). (Lefebvre, 1991, pg. 125)

Para Lefebvre, o que subsiste como referencial é a filosofia e a cotidianidade, e que apesar dos referenciais terem desaparecido, a lembrança e a exigência de um sistema de referências permanece. Sobre a cotidianidade, Lefebvre afirma que ela permanece como referencial pois “é na vida cotidiana que se cumpre mais ou menos, mais mal que bem, o reengate, o ajustamento dos significantes e dos significados. Lá é preciso viver” (Lefebvre, 1991, pg. 130).

Em Carlos, a ideia apresentada é a do *tempo efêmero* e do *espaço amnésico*, partindo de que a cidade constitui-se das dimensões espacial e temporal e que, desse modo, o processo de apropriação do espaço pela sociedade revela uma contradição.

Isto ocorre porque o espaço urbano é produto da materialização de relações sociais que se realizam – em um determinado momento – enquanto emprego de tempo. Essa indissociabilidade tempo – espaço ganha dimensão quando analisada através da mediação do **uso**, que revela os modos de apropriação. Isto é, na análise geográfica, o tempo se revela no modo de apropriação do espaço, através do uso do espaço como condição de realização da vida humana. (Carlos, 2007, pg. 55)

O tempo na sociedade atual é caracterizado pela instantaneidade, há uma constante noção de perda tempo e por isso busca-se maneiras de otimizá-lo, e o mercado sabe disso. A velocidade passa a ser comercializada também, a propaganda de diversas mercadorias usam o discurso de que tal celular tem processadores mais velozes, tal panela elétrica diminui o tempo de preparo do seu alimento ou o prepara quase que sozinha assim você pode fazer outra coisa no mesmo tempo, um outro exemplo disso é o aumento de estabelecimentos de *fast food* como uma opção para quando não há tempo nem mesmo para preparar as refeições. Vendem-se localidades próximas ao centro para os que trabalham nele não percam tempo no trajeto, resumos das notícias, e rapidez nos aparelhos utilizados no cotidiano.

Contudo, mesmo com a utilização de mecanismos que agilizam tarefas diárias a falta de tempo continua a ser um problema. Nos séculos passados os deslocamentos podiam durar meses, as cartas e encomendas demoravam semanas, e ainda assim não havia a mesma ansiedade que existe atualmente quando a espera tornou-se menos longa devido ao avanço das tecnologias de transportes. Essa mudança na percepção do tempo se deu junto com o surgimento das máquinas com seus funcionamentos mais ágeis que os movimentos humanos. A

revolução industrial também impôs o cotidiano com a hora certa para a realização das atividades, assim houve uma organização sólida do tempo e cada segundo passou a contar, e o “desperdício” de cada um deles passou a incomodar.

E por mais que a tecnologia evolua possibilitando velocidade na locomoção e na comunicação, a sensação que surge é que apesar de acessarmos os meios que permitam um ganho de tempo, continuamos a perdê-lo, e o mercado aproveita-se disso vendendo a “economia de tempo”. Nessa busca do imediato acabamos por escolher a quantidade (de tempo ganho) em lugar da qualidade, ou será que a quantidade está sendo confundida com a qualidade ao passo que a quantidade de tempo ganho aqui, pode ser gasta na qualidade de vida ali? Ou esse é apenas o marketing que nos atrai? De qualquer forma, essa transformação da relação com o tempo provoca alterações profundas nas esferas das referências e das memórias.

Tal instantaneidade do tempo traz como consequência o esmaecimento da memória impressa no espaço, provado pelo desaparecimento dos referenciais da vida humana. Neste contexto, a aceleração do tempo torna as formas da cidade obsoletas sem que se quer tenham envelhecido como decorrência do fato de que a relação espaço – tempo na sociedade atual é acelerada pela técnica como condição da reprodução capitalista.(Carlos, 2007, pg. 55)

Geralmente, quando algo transforma-se em outra coisa, permanecem vestígios de resíduos de suas formas anteriores, sobram elementos que rompe o novo através de uma memória do velho. Porém, com a velocidade que as transformações estão sendo realizadas não há tempo do novo se consolidar, de deixar sua marca, ele desmancha o passado e antes de ser estabilizado já é renovado em um ciclo que mal pode ser acompanhado. Dessa maneira, o corpo deixa de fazer parte da cidade devido ao processo de desassociar-se de seu movimento instável e vertiginoso. Carlos coloca que:

Espaço e tempo abstratos redefinem constantemente os usos e com eles os processos que criam a identidade, acabando por destruir as condições nas quais se gesta a memória coletiva. Nesse contexto, a espacialidade das relações sociais se inscreve num espaço que se reproduz, tendencialmente, sem referências. (Carlos, 2007, pg. 56)

O modo e as dimensões em que se deu o crescimento da metrópole possibilitou ao cidadão a sensação de perder-se na cidade devido as suas características como as calçadas inóspitas, a impossibilidade de realizar alguns trajetos a pé, a monopolização das ruas pelos automóveis tomando o lugar pessoas

de forma a naturalizar que o intruso passa a ser o pedestre e não mais as máquinas, o empobrecimento dos locais de encontro e a diminuição do tempo destinado a eles. Quando o empobrecimento das relações sociais passam a acabar com o movimento que por meio delas produziam os espaços, os referenciais também deixam de ser construídos. Assim perde-se a ligação que dá sentido a essa relação, perde-se o movimento de apropriação e gera a sensação de estranhamento.

Nesse processo, a cidade deixa de ser convidativa pois perde as escalas humanas dificultando o deslocamento por ela, os referenciais são rompidos, tudo causa estresse, e esse conjunto de situações na vida cotidiana pode ser detonador e contribuir no aumento de casos de depressão na cidade ou com o agravamento desse quadro.

O plano que a morfologia da metrópole revela é aquela de uma nova ordem, que impõe novos valores e comportamentos e que compõe uma nova identidade (o que chamamos de **identidade abstrata**, posto que mediada pela mercadoria, ou seja, as relações sociais se realizam através dela). No plano do espaço as mudanças ocorrem, por exemplo, a partir da mudança de sentido dos espaços públicos e dos modos de entender a cidade como espaço onde se desenvolve a vida. (Carlos, 2007, pg. 56)

Os espaços públicos que possibilitavam o encontro e a reprodução criativa do espaço também sofre transformações significativas quando é tomado pela racionalidade do dinheiro. Isso, em conjunto com as demais mudanças da forma de reprodução do espaço e das relações pessoais altera a esfera da sociabilidade. Aristóteles, no século IV a.C., afirmou que o homem é um animal social, ou seja, não pode viver isoladamente pois necessita de interação social. A socialização designa o processo pelo qual os indivíduos assimilam as normas, os códigos de conduta, os valores e as características culturais fundamentais que guiam o comportamento dos sujeitos por meio da interação com os demais membros da sociedade a qual pertencem. Essa sociabilidade vem perdendo a força por meio do enfraquecimento dos dispositivos de integração e dos principais agentes no processo de interiorização dessas normas, que são o trabalho, a família, o Estado, a religião, entre outros, gerando desapego em massa, desestabilização da família, flexibilidade do trabalho, violência e crescente individualismo. Estamos em uma situação de ruptura com as regras e tradições do passado, o que acaba por gerar uma fragilização dos laços sociais.

A crise dos laços sociais está presente no âmbito familiar e é percebida nos elevados índices de divórcios, tempo de união estável diminuído, desejo de morar sozinho e a ideia de ser independente dos parentes. No âmbito do trabalho houve aumento do desemprego na década de 1990 seguido pela sua flexibilização em conjunto com a crise dos laços econômicos onde os contratos de trabalho são feitos em cima de interesses recíprocos. O laço cívico, que une o indivíduo a coletividade por meio da participação eleitoral, participações em associações, sindicatos, partidos políticos, sofrem a crise. Por fim, os laços interpessoais, que George Simmel define como a própria sociabilidade, composto pela família, amigos, vizinhos e proximidades estão acompanhada de desconfiança e apresentam-se cada vez mais virtuais e superficiais.

A urbanização e as relações mercantis tornaram as relações entre as pessoas mais distantes, formais e superficiais, emergindo, assim, novas formas de laços sociais caracterizando um momento de “crise” deles, pois a velocidade da destruição criativa das relações e dos espaços não possibilita a estabilização desses novos laços que são criados (parte deles) por meio da tecnologia, que diminuía a concretude e a intensidade deles. As relações sociais são as que se estabelecem por si só por meio de afinidades e não baseada por interesses em funções utilitárias e o meio virtual permite que grupos sejam criados baseados em gostos em comum promovendo encontro entre semelhantes. Porém essas relações podem ser mais abstratas e mais fechadas em si mesmas, ou seja, diminuí o contato com o diferente, interferindo na percepção da sociedade como uma totalidade.

Sendo assim, a alteração das práticas socioespaciais que passam a ser dominadas pela lógica do capitalismo resultando numa produção alienada do espaço, na qual os referenciais deixam de existir interferindo profundamente no processo de formação de identidade, contribui significativamente para o estado de mal-estar social. O sentimento de estranhamento e de não pertencimento ao local vivido pode ser agravado devido ao movimento de abstração dos valores seguidos e devido à velocidade devastadora na qual os espaços vão sendo reproduzidos impossibilitando a formação de referenciais. A estrutura do cotidiano com a organização sólida do tempo para cada atividade contribuiu para a sensação de insuficiência do tempo, enquanto o desenvolvimento das máquinas e de tecnologias

provocam a sensação de aceleração do tempo. Há uma queda das escalas humanas, dos referenciais, das memórias e dos laços sociais, tudo isso contribui significativamente para o sentimento de deslocamento, o mal-estar se alastra pela sociedade tornando seus habitantes mais suscetíveis ao desenvolvimento da depressão.

4. Violência urbana

A violência tem mais de uma face e diversos gatilhos, ela pode ser visível ou invisível, claramente perceptível ou mecanicamente ignorada, pode ser física ou psicológica, mas uma não se separa da outra. A violência está nos machucados mas também está no medo e na desvalorização do viver. Partindo dessa concepção, será analisado os modos em que a violência aparece na área urbana desde sua formação até na configuração atual e como ela influencia no mal-estar e na saúde mental dos cidadãos.

Está na natureza do ser humano adaptar-se as condições do meio, mesmo a condições limites, e assim o medo passou a integrar o cotidiano de um modo natural. Isto é, naturaliza-se a violência que povoa as notícias e faz com que o cidadão tema por sua vida, por seus bens, por seu corpo e pelo seu futuro. A forma física da violência apresenta-se na lesão corporal, no assédio físico, no assassinato, já a forma psicológica apresenta-se no assédio moral, na ameaça, na falta de infraestrutura básica, no emprego abusivo no qual se depende, na apreensão da oscilação do mercado de trabalho e na possibilidade do desemprego, no fato de encontrar-se rodeado de anúncios que ditam os produtos que se deve consumir entrando em contradição com o salário que se recebe impossibilitando a satisfação do consumo, etc. Tais condições causam, no plano individual, a situação de estresse. Morais coloca que “estatísticas mundiais mostram que a maior parte dos crimes (e até mesmo das doenças mentais) resulta da opressão das injustiças sociais, da miséria financeira ou afetiva.” (Morais, 1981, pg. 80).

A violência e o estado de medo, mesmo que nem sempre perceptível, aliado a um estado de carência social esta relacionado com neuroses e psicoses. Morais defende que “Tem-se medo na metrópole porque o espaço ali é agressivo no sentido de superestimulador e tensificante” (Morais, 1981, pg. 23), a tensão tornou-se um estado costumeiro do cidadão e o sentimento de não pertencimento e a falta de diligência contribui para um mal-estar social que pode torna-se um caso mais grave de depressão em determinadas pessoas.

Para analisar a violência a partir do plano da metrópole, é necessário refletir sobre a sua história de formação. De uma perspectiva geográfica, a violência pode ser abordada através do modo que o espaço se reproduz. Renata Alves Sampaio discorre sobre o assunto no capítulo *A violência do processo de urbanização* no livro *Crise Urbana* e defende a hipótese “segundo a qual o processo de urbanização capitalista é, em essência, um processo fundamentado, ente outras coisas, pela violência.” (Sampaio, 2018, pg. 57), ou seja, é um processo essencialmente violento.

O desenvolvimento do capitalismo remonta a dois processos necessários e simultâneos: a instituição da propriedade privada (capitalista) e a expropriação dos meios de produção. Esses processos simultâneos irão compor a relação de necessidade fundamental ao desenvolvimento capitalista: formar, ao mesmo tempo, a propriedade privada e a não propriedade, já que a instituição da figura do proprietário só existe na relação essencial e negativa com a do não proprietário. (Sampaio, 2018, pg. 57)

Dessa forma, ao atender as relações de necessidade do capitalismo por meio da propriedade privada gera-se a expropriação da outra parte da população (a maior parte) e com ela, a violência.

A violência reside não exatamente e somente nos meios e métodos empregados em tal empreitada, mas em todos os danos sociais, econômicos e políticos daí decorrentes. Desse modo, tal expropriação significou a impossibilidade da apropriação da riqueza socialmente produzida, mas também da fruição integral do tempo e do espaço da vida social. (Sampaio, 2018, pg. 58)

O crescimento da cidade de São Paulo se deu de modo desigual sendo que os trabalhadores, os não detentores de propriedade privada e de riqueza social, foram prejudicados nesse processo. A segregação socioespacial criada tornou-se uma das condições fundamentais para a realização da urbanização capitalista baseada pela propriedade privada da terra e o Estado é responsável por direcionar o planejamento público principalmente para seus próprios interesses e do capital, contribuindo no processo da violência.

Esse urbanismo, levando a crítica às suas últimas consequências, permite que o poder do Estado se concretize por meio da produção de um espaço que é, simultaneamente, político e instrumental. Assim, o urbanismo domina (ou ao menos pretende dominar) e submete à sua ordem – aquela do Estado – o processo de urbanização e a prática urbana.⁸⁷ Qual a potência dessa ordem, no que ela resulta? Sem exagerar, podemos dizer que ela resulta na produção de um “espaço repressivo”,⁸⁸ onde se expressam todos os constrangimentos da cambialidade pressuposta nas relações de troca, e onde a prática social se realiza a partir de determinações que, ao invés de libertar, aprisionam: determinações que são da ordem do quantitativo, do repetitivo, do homogêneo, do abstrato. (Sampaio, 2018, pg. 78)

A partir da segregação socioespacial, da urbanização capitalista e das ações do Estado o espaço é produzido de maneira repressiva. Nesse âmbito, Lefebvre discorre o conceito de terrorismo partindo de que a sociedade terrorista é o caso extremo da sociedade repressiva, a qual visa a estabilidade das estruturas e a manutenção de suas próprias condições e de sua sobrevivência e, para isso, “tem como suporte e como objetivo a organização da cotidianidade. Essa organização faz reinar o terror” (Lefebvre, 1991, pg. 159) e dessa forma perturba até as relações sociais cotidianas.

O terror político, vermelho ou branco, não pode durar muito tempo. Um grupo definido o exerce para estabelecer ou manter a sua ditadura. O terror político se localiza, ele não pode atribuir à sociedade “inteira”. Uma tal sociedade é aterrorizada, não terrorista. Na “sociedade terrorista” reina um terror difuso. A violência permanece em estado latente. As pressões se exercem de todos os lados sobre os membros dessa sociedade; eles têm uma enorme dificuldade para se desembaraçar delas, para afastar esse peso. Cada um se torna terrorista dos outros e seu próprio terrorista; (Lefebvre, 1991, pg. 158)

Nas metrópoles, que apresentam elevada densidade demográfica, ocorre um fenômeno no qual os habitantes não conhecem uns aos outros. O individualismo e a diminuição das relações sociais possibilita um cenário no qual o cidadão não conheça seus vizinhos, os funcionários da padaria, o motorista do ônibus que se pega todos os dias, o porteiro do prédio que reside... Isto porque o antigo comércio de bairro aonde todos pareciam se encontrar se transformou profundamente da mercearia ao supermercado, da farmácia à drogaria, da costureira as lojas de departamentos, etc. Essas metamorfoses interferem na sociabilidade proporcionada nos momentos de encontros que preenchem a vida urbana. Desse modo, o sentimento de desconfiança é fomentado gerando estranhamentos e mal-estar, além de contribuir com o aumento da violência.

A forma que a cidade se desenvolve e se produz revela componentes para a análise da origem dessa violência com índices alarmantes. A violência pode surgir quando há opressão e abuso do poder e envolve os âmbitos socioeconômico, demográfico, cultural e político. A desigualdade social, o não cumprimento das condições básicas para uma vida digna por parte do Estado, como por exemplo, o fornecimento de educação de qualidade, moradia, oportunidades justas de empregos decentes e saúde, isso em conjunto com a segregação, exclusão, infraestrutura precária, corrupção escancarada e ausência de projetos e política

públicas que visam melhorias, causam um sentimento de desesperança em relação ao Estado e a um futuro mais favorável. Essa falta de perspectiva de melhorias diminui a preocupação em seguir as leis dado que a punição é seletiva e falha.

A violência criminal pode ser julgada e punida, mas a violência em forma de opressão presente no cotidiano não, esta apresenta-se velada. A opressão do mercado de trabalho, do mercado imobiliário, do mercado de consumo, etc. A tentativa de adequação aos padrões aceitos e impostos acabam por desencadear uma perda de identidade, a personalidade torna-se moldável as situações e ambientes com o intuito de proteger-se da rejeição, mas a culpa da violência ainda é pouco relacionada, pela população em geral, com o processo de produção do espaço sob a lógica capitalista.

A violência atinge também o cerne dos indivíduos. As pessoas tornam-se o que elas fazem, perde-se a essência de quem se é. Ao conhecer alguém a pergunta que se faz é “o que você faz”, e não “quem é você?”, ou quais são as suas qualidades, vontades, etc., o que se faz substitui o que se é. Até as relações pessoais tornam-se efêmeras, o individualismo diminuiu o interesse no outro e o não conhecer o outro gera hostilidade, discurso de ódio, e desconfiança que leva ao estado de alerta, de medo e de estresse, sustentando o mal-estar e estimulando quadros depressivos.

5. Mal-estar, um transtorno social

O mal-estar e a depressão estão presentes na sociedade há muito tempo, porém o mal-estar era abordado por outras causas e os indivíduos denominados melancólicos eram trancados em casa ou ocupavam outros espaços, como o da arte. Eram, por exemplo, os poetas que descreviam a sociedade por meio de seu entendimento da realidade, os que percebiam o mal-estar na sociedade e os ilustravam por pinturas e esculturas, e eles não incomodavam o sistema vigente. Já no sistema atual, o depressivo apresenta duas características a serem destacadas que não se adéqua a suas demandas: a falta de vontade de consumir e a temporalidade diferente do ritmo acelerado atual das metrópoles e com isso há uma pressão para que sejam "curados".

Partindo dessa formulação, o mal-estar será abordado como um transtorno no plano social, que atinge a população em geral devido as disfuncionalidades dos serviços da metrópole, e a depressão (que será abordada mais a frente) como um transtorno no plano individual que é caracterizada por ser uma doença mental que pode apresentar diferentes causas e carece de tratamento médico. Nesse trabalho busco compreender o limite de cada um e relacioná-los a fim de detectar se o mal-estar influencia no aumento dos quadros de depressão e se casos de mal-estar podem estar sendo tratados como depressão.

A questão do mal-estar social é abordada por diversos autores em distintos momentos da civilização. Nesse capítulo será apresentado algumas ideias das obras de Freud, Bauman e Rouanet que aprofundaram-se no tema em questão, a fim de compreender através das perspectivas de cada autor o fenômeno do mal-estar visando confrontá-las com o cenário atual.

5.1 Sigmund Freud

Sigmund Freud nasceu em 1856 e é conhecido por ser fundador da Psicanálise. No início do século XX Freud discorre sobre luto e melancolia:

O luto, de modo geral, é a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante. Em algumas pessoas,

as mesmas influências produzem melancolia em vez de luto; por conseguinte, suspeitamos de que essas pessoas possuem uma disposição patológica... A perturbação da auto-estima está ausente no luto; afora isso, porém, as características são as mesmas.(Freud, 1917, n.p.)

No desenvolver do texto encontra-se uma correlação entre luto e melancolia, neste caso o autor coloca que “A analogia com o luto nos levou a concluir que ele sofrera uma perda relativa a um objeto; o que o paciente nos diz aponta para uma perda relativa a seu ego” (Freud, 1917, n.p.).Trazendo este pensamento para o tema abordado podemos pensar que a perda de identidade e de referências que ocorrem atualmente no processo de transformação da metrópole, aqui apontado, pode relacionar-se com o luto e a melancolia.

Em 1930, no livro *O mal-estar na civilização*, Freud discorre sobre os modos que os homens buscam a felicidade e o afastamento do sofrimento deparando-se com a contradição de que o homem ao escolher viver em civilização, para defender-se do sofrimento, acaba por gerar outros sofrimentos em meio a satisfação da felicidade gerando o mal-estar que resulta de um excesso de normas e diminuição da liberdade.

Assim, nossas possibilidades de felicidade sempre são restringidas por nossa própria constituição. Já a infelicidade é muito menos difícil de experimentar. O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro. (Freud, 1930, n.p.)

Ao defender que a civilização é em grande parte responsável pelo sofrimento e que uma parcela da felicidade encontra-se nas condições primitivas, Freud coloca que “todas as coisas que buscamos a fim de nos protegermos contra as ameaças oriundas das fontes de sofrimento, fazem parte dessa mesma civilização” (Freud, 1930, n.p.). Esse movimento de desejo de retorno às condições primitivas pode ser contextualizado no mundo atual pela busca de isolamento, de contato com a natureza, o sonho de morar afastado da cidade e, portanto, da civilização, mesmo não sendo totalmente possível – movimento observado pelo aumento dos condomínios fechados em regiões mais afastadas que oferece a segurança e os serviços das cidades em uma localidade “distante” dela.

Freud assinala ainda no decorrer do livro sobre a vida comunitária fundada pela compulsão pelo trabalho e pelo poder do amor o qual fundou a família, e discorre também sobre a incompatibilidade entre a família e a comunidade como um todo, sobre a civilização obedecer as leis da necessidade econômica onde as pessoas “normais” são as que não se acham impedidas pela constituição da sociedade e sobre como os limites impostos para os instintos agressivos de modo a controlá-los está nas relações criadas a partir da identificação que acabam por unir indivíduos formando grandes unidades, porém ao formar-se grupos diferentes a agressividade permanece em outra escala.

Por fim, Freud admite que a partir da restrição da sexualidade e a agressividade em troca de uma segurança acaba por diminuir a felicidade na civilização e que apesar de tentativas de reformas continuará havendo dificuldades. E apresenta o sentimento de culpa como sendo, para ele

O mais importante problema no desenvolvimento da civilização, e de demonstrar que o preço que pagamos por nosso avanço em termos de civilização é uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa. (Freud, 1930, n.p.)

5.2 Zygmunt Bauman

O sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman nasceu em 1925 e foi o autor do conceito *modernidade líquida* o qual discorre sobre a instabilidade e volatilidade dos tempos atuais. Em 1997, em seu livro *O mal-estar da pós-modernidade* e em outras obras, o autor contrapõe, em certos pontos, a rigidez de Freud seguindo a premissa que o mal-estar da modernidade relacionava-se pela aceitação da perda da liberdade em troca de segurança, já na pós modernidade há uma busca do prazer na liberdade e para isso aceita-se uma menor segurança causando também um mal-estar. Bauman diz que:

a liberdade individual reina soberana: é o valor pelo qual todos os outros valores vieram a ser avaliados e a referência pela qual a sabedoria acerca de todas as normas e resoluções supraindividuais devem ser regidas. Isso não significa, porém, que os ideais de beleza, pureza e ordem que conduziram os homens e mulheres em sua viagem de descoberta moderna tenham sido abandonados, ou tenham perdido um tanto do brilho original. Agora, todavia, eles devem ser perseguidos e realizados através da espontaneidade, do desejo e do esforço individuais. (Bauman, 1995, pg.9)

E assinala que cada um já ingressa num mundo “pré-fabricado”, ou seja, com definições sobre o que é ou não é importante e com elementos que por serem dados como óbvios não são pensados nem repensados, criando assim uma reciprocidade, uma unidade de semelhantes, porém, quando há o contato com o diferente, o estranho, ocorre um abalo no sentimento de segurança que a ordem seguida lhe tinha atribuído. Esses estranhos são os que tem tendência a ofuscar as fronteiras criadas pelas sociedades e que devem serem claras, são os que destoam da referência de normalidade seguida.

Segundo o autor, a era moderna foi um momento de introdução de novas ordens, cada uma produzindo sua própria desordem criando assim novas identidades e novas divisórias com novos estranhos em conjunto a uma crescente indiferença a promover um modelo de ordem abrangente. Todas as sociedades produzem estranhos e com eles surge o sentimento de angústia, de atração e de incerteza gerando o mal-estar.

Num mundo constantemente em movimento, a angustia que se condensou no medo dos estranhos impregna a totalidade da vida diária – preenche todo fragmento e toda ranhura da condição humana. (Bauman, 1925, pg. 21)

Se no modernismo as estruturas apresentavam “suficiente elasticidade e solidez para resistir a todas as incursões dos esforços individuais e sobreviver a toda escolha individual” (Bauman, 1925, pg. 31), no pós-moderno a velocidade das mudanças destituiu a solidez e continuidade dessas estruturas caracterizando-se por uma condição de incerteza permanente. Nada mais é garantido, o emprego, posição social, autoestima, etc. e as relações interpessoais são dominadas pelo âmbito econômico e pelo consumo que não criam laços duradouros nem seguros.

Ao mesmo tempo que há esse medo em relação ao estranho surge também, no pós-modernismo, os que se atraem pela situação de incerteza que apresenta-se neste período e buscam constantemente novas experiências que são favorecidas pelo mercado que busca consumidores.

Bauman aborda alguns dos princípios do que ele chama da *desordem do mundo*, entre eles esta a *desregulamentação universal* na qual ocorre “a desatada liberdade concedida ao capital e às finanças à custa de todas as outras liberdades” (Bauman, 1925, pg. 34). Essas desregulamentações tendem a banir os estranhos na

sociedade – os que criam uma fenda em meio ao espaço capitalista ao irem contra a sua lógica –, a aumentar o desemprego e a pobreza intensificando a desigualdade em todas as escalas (intercontinental, entre os estados e dentro da mesma sociedade) enfraquecendo os laços duradouros com a família e a vizinhança diante das novas técnicas que desagregam coletividades. O consumo torna-se a medida de uma vida bem-sucedida, feliz e decente e os que fogem dessa realidade são os que saem da normalidade, contraditoriamente, são criados e recriminados pelo mesmo sistema.

A identidade e sua construção também sofrem alterações. A identidade deixa de ser construída gradualmente tornando-se cada vez menos sólida, são formadas quase que instantaneamente e são facilmente substituídas.

Essa é a identidade que se ajusta ao mundo em que a arte de esquecer é um bem não menos, se não mais, importante do que a arte de memorizar, em que esquece, mais do que aprender, é a condição de contínua adaptação em que sempre novas coisas e pessoas entram e saem sem muita ou qualquer finalidade do campo de visão da inalterada câmara da atenção, e em que a própria memória é como uma fita de vídeo, sempre pronta a ser apagada a fim de receber novas imagens, e alardeando uma garantia para toda a vida exclusivamente graças a essa admirável perícia de uma incessante auto-obliteração. (Bauman, 1925, pg. 36)

Bauman ainda aborda o nomadismo social dos indivíduos incapazes de fixar para si uma identidade e um lugar. E para ele o que está sendo crescentemente polarizado é o direito a individualidade e isso gera pouca oportunidade para desvincarem os estranhos, ou seja, ampliar as liberdades, dado que o autor define por viscosidade a perda de liberdade.

Uma das contradições que pode ser analisada está no fato de que se as coisas, de modo geral, estão mais flexíveis, tendendo a quebrar tradições seguindo o fluxo de mudanças contínuas, ao tentar, ao mesmo tempo, conciliar-se com a cotidianidade que separa a hora de dedicação para cada atividade, mantendo uma estrutura ainda rígida presa em horários que se deve estar em determinados lugares entra em confronto com a flexibilidade desejada. O mal-estar surge então, também, no movimento no qual a liberdade e a flexibilidade tentam condicionarem-se ao cotidiano.

5.3 Sérgio Paulo Rouanet

Sérgio Paulo Rouanet nasceu no Rio de Janeiro em 1934, doutorou-se em ciência política e ocupou o cargo de Secretário Nacional de Cultura entre 1991 a 1992. Em 1993, discorreu sobre o tema em questão em seu livro *Mal-estar na Modernidade* expondo no começo a sua visão da seguinte forma:

O que existe atrás da crise da modernidade é uma crise de civilização. O que está em crise é o projeto moderno de civilização, elaborado pela Ilustração europeia a partir de motivos da cultura judeo-clássica-cristã e aprofundado nos dois séculos subsequentes por movimentos como o liberal-capitalismo e o socialismo. (Rouanet, 1993, pg. 9)

O projeto moderno de civilização citado é baseado na universalidade, individualidade e autonomia. Porém o universalismo que visava todos os seres humanos está se transformando em diversos particularismos, a individualidade que considera todos como “pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade” (Rouanet, 1993, pg. 9) está se submergindo ao “anonimato do conformismo e da sociedade de consumo” (Rouanet, 1993, pg. 9) onde há o desejo de comprar o que todos compram e, a autonomia – intelectual, política e econômica – que significa que os indivíduos são aptos a pensarem por si mesmos e a trabalharem para conseguir seus bens também vai sendo convertida e transfiguradas por poderes maiores.

Sobre o capitalismo e o socialismo, o autor coloca que o primeiro é um gerador de desemprego e de exploração enquanto o segundo não consegue eliminar a injustiça social nem promover abundância. Tal situação é chamada de “barbárie” pelo autor devido a rejeição que há dos valores civilizatórios propostos pela modernidade, sendo bárbaros os que vivem fora da civilização, ou os que apresentam atitudes contraculturais. Partindo disso Rouanet vê três reações possíveis a essa situação:

Podemos deixar em paz os bárbaros, sem infernizar-lhes a existência com valores civilizados. Podemos partir para um modelo civilizatório antimoderno, que represente em tudo a antítese do projeto da modernidade. E podemos repensar a modernidade, em busca de uma alternativa neomoderna. (Rouanet, 1993, pg. 12)

A primeira reação é a mais fácil dado que os bárbaros modernos não assustam mais, a segunda já está sendo proposta por grupos conservadores radicais, tal situação apenas fortifica a realidade e, ao invés de diminuir a barbárie, a aumentaria.

E a terceira, visa manter o que há de bom na modernidade e corrigir os problemas é chamado pelo autor de Iluminismo.

O Iluminismo é um *ensrationalis*, não uma época ou um movimento. Por isso sempre o distingi da Ilustração, que designa, esta sim, um momento na história cultural do Ocidente.(Rouanet, 1993, pg. 13)

Dito isto, o primeiro passo para a construção da ideia iluminista é examinar o modo de funcionamento da Ilustração, no liberalismo e no socialismo das categorias da universalidade, da individualidade e da autonomia.(Rouanet, 1993, pg. 14)

A partir da análise dos autores acima e suas teorias a cerca do tema observamos em Freud a perda de parte da felicidade em troca da segurança que a civilização traz, em Bauman, a fluidez e liquidez do tempo pós-moderno devido à velocidade, as mudanças nas relações e a questão do reconhecimento do estranho e, em Rouanet, o apontamento da crise do projeto moderno de civilização e a sugestão de saídas para essa situação sendo uma delas a construção de uma neomodernidade. Em todas elas percebe-se que o mal-estar é um sentimento presente e pertinente as civilizações.

As explicações sobre esse mal-estar podem ser muitas e podem variar de acordo com as condições impostas da época vivida. Na sociedade urbana atual, desigual e acelerada que vivemos a elucidação de tal sentimento pode estar na análise do cotidiano através da investigação de seu funcionamento e das transformações que ele passou e, a partir disto observar como ele afeta a população.

6. O cotidiano

A vida cotidiana é composta por ações consideradas naturais e até banais, mas para além das práticas corriqueiras há indicadores que revelam a condição humana a partir da análise da origem das normas sociais internalizadas, ou seja, de cada costume que já está naturalizado em cada um e por isso deixa de ser questionado. A rotina combinada numa população tem por objetivo estabilizar as relações humanas implantando regras de comportamento, códigos de ação, horários similares a fim de evitar o caos. Dessa forma, no período da revolução industrial, as horas destinadas a cada atividade que constituí a vida humana passa a ter uma organização sólida entre o tempo e o espaço.

O modo de produção capitalista é complexo e requer reprodução integral da cidade, e isso é feito por meio do cotidiano. A criação da rotina organizada no espaço e tempo, as transformações dos usos dos espaços e da sociabilidade, causam o empobrecimento da vida e das relações sociais que passam a ser constituídas prioritariamente por relações profissionais ou institucionais. As atividades em comum podem envolver a autoestima, a identidade, a comunicação e a troca social. Essas relações sociais se materializam no espaço geográfico. Carlos aponta no livro *Espaço Urbano* que:

Deste modo, as relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação espaço-tempo, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar. Assim, a reprodução de relações sociais materializam-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade e é nesta medida que o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar. (Carlos, 2007, pg. 41)

O ritmo do cotidiano dos indivíduos vivendo nas grandes cidades apresentou mudanças em diversos aspectos e, um deles, é a aceleração significativa dele nas últimas décadas. Nota-se que nesse processo ocorrem mudanças na qualidade de vida da população que pode ser percebida, entre outras formas, no aumento de casos de doenças mentais, como por exemplo, a depressão. Neste caso, qualidade de vida não refere-se a padrão econômico elevado e alto nível de aquisição de bens materiais, que por vezes são termos relacionados dada a condição presente da sociedade de consumo, mas sim a acesso aos serviços públicos de qualidade e condições adequadas a reprodução da vida.

O trabalho intitulado *Qualidade de vida*, produzido na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP) em 2012, buscou relacionar as patologias sociais e a qualidade de vida na sociedade moderna da seguinte forma:

Entendamos como patologias sociais os processos de adoecimento que têm origem na rotina ou o modo de vida da população. Podemos qualificar como patologia social todos os Transtornos Mentais Comuns (TMC), como o *estresse*, por exemplo, que pode ser decorrente de uma determinada condição de vida e/ou estilo de vida. Assim como as mais diversas formas de depressão. (Almeida, 2012, pg. 100)

Os autores questionam a proposta de tratamento dessas patologias com remédios dado que ela é oriunda do comportamento social e da falta de qualidade de vida nas grandes cidades. Assim, os remédios agride os sintomas, mas não chega nas suas causas. Eles apontam como uma das consequências disso a possível relação entre uso de antidepressivos e infartos dado que os remédios tratam os sintomas oriundos “de um problema de ordem rotineira que sobrecarrega o sistema nervoso” (Almeida, 2012, pg.102) e a relação está no diagnóstico dos sintomas e não nas causas, estas sim, podem levar ao infarto. “Se a hipótese estiver correta, é o cotidiano que gera perda da qualidade de vida dos cidadãos e é isso que tem recaído como uma série de problemas que são camuflados pelo uso de medicamentos” (Almeida, 2012, pg.102). E entre as atividades do dia a dia o trabalho pode ser o mais desgastante

É evidente que o corpo tem elasticidade para adaptar-se aos processos de trabalho, e está alheio a algum desgaste. Porém, no longo prazo, os movimentos que testam os limites da exaustão foram negligenciados. Desde a imposição do taylorismo e do fordismo no mundo do trabalho, pouco se contribuiu para a análise das consequências dos movimentos no processo de trabalho do operário. Agora, cada vez menos, o corpo é importante ao trabalho e, cada vez mais, os processos de raciocínio tornam-se indispensáveis para a produtividade. E novamente os efeitos da fadiga mental têm pouca expressão nos cálculos de produtividade. (Almeida, 2012, pg.105)

Outros fatores estão no tempo destinado para a mobilidade que é interferido pelo trânsito, o tempo que se dedica a vida privada e ao lazer e a qualidade dos espaços públicos destinado ao tempo livre. Por vezes, a racionalidade do trabalho invade todas as outras atividades modelando o comportamento cotidiano.

Para tentarmos compreender as transformações do cotidiano é preciso pensar na estrutura da sociedade, seus fundamentos, nas relações histórica e social da população com o espaço e nas transições dos valores da mesma. Segundo Carlos:

A noção de produção contempla aquela de apropriação e esta, por sua vez, liga-se ao fato de que as relações que ocorrem no plano do morar – e de tudo o que essa expressão significa enquanto realização da vida humana – englobam os momentos do lazer, do trabalho, da vida privada, e com isso, o sentido do dinamismo entre necessidades e desejos que pautam a reprodução da vida. (Carlos, 2007, pg. 41)

Partindo de que é preciso ser feito o aprofundamento das situações cotidianas para compreender o fenômeno do aumento de índices de depressão, serão analisados os novos elementos que compõem a vida cotidiana no âmbito do trabalho, da mobilidade, da vida pública e privada e do lazer e suas possíveis contradições, que colaboraram para que o estado de depressão alcançasse esse destaque, tendo em mente como contradição principal, apresentada por Carlos (2007), entre a reprodução do espaço baseada na reprodução do capital e, a reprodução da vida que visa a construção do humano.

6.1 Trabalho

No início do século passado surgiu o sistema de produção industrial denominado taylorismo que caracterizava-se pela divisão do trabalho e especialização do trabalhador em apenas uma única tarefa. O sistema fordista criou-se a partir do taylorismo acrescentando a facilidade das máquinas e das esteiras das linhas de montagem. Na década de 70, devido a uma crise estrutural do capital, tais modelos são confrontados pelo toyotismo baseado no *just-in-time* no qual se produz apenas o necessário e ocorre uma transformação no papel do operário que passa a precisar conhecer amplamente o processo de produção e as novas tecnologias exigindo mão de obra mais qualificada diminuindo, conseqüentemente, as vagas de emprego nesses setores.

Ricardo Antunes destaca algumas das conseqüências desse processo como: redução do proletariado industrial estável e especializado; aumento do novo proletariado fabril e de serviços e dos terceirizados com trabalhos precários e temporários; aumento do trabalho feminino e com desigualdade; baixa perspectiva de emprego para os jovens levando a trabalhos precários e informais; expansão do terceiro setor e; expansão do trabalho domiciliar promovendo uma flexibilização e precarização do trabalho.

O capital transforma os processos produtivos a fim de se reestruturar e restabelecer seu ciclo reprodutivo afetando, assim, toda a sociedade. Antunes coloca que:

Opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gerar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. O fez, por exemplo, no plano ideológico, através do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social. (Antunes, 2002, pg. 24)

Um dos fenômenos decorrentes desse processo é a “necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando a aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca” (Antunes, 2002, pg. 26). Dessa forma, a qualidade das mercadorias estão na aparência, na apresentação e não na durabilidade, pois partem da lógica da *produção destrutiva* apresentando baixa longevidade. No modelo toyota

Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo freqüentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. (Antunes, 2002, pg. 26)

Assim ocorre a redução do tempo de trabalho e intensificação das condições de exploração da força de trabalho, além da desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, e do “aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, precarização e terceirização da força humana que trabalha, destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil” (Antunes, 2002, pg. 30).

No Toyotismo a produção relaciona-se com a demanda apresentando-se diversificada para agradar os diferentes consumidores. Nesse sistema o trabalhador desenvolve múltiplas funções possibilitando que um funcionário manipule várias máquinas, nele também usa-se a metodologia *Kanban* para registrar e controlar as ações de gestão do estoque da produção, ocorre ainda a ampliação da produção pois ela divide-se entre empresas terceiras.

O processo de produção de tipo toyotista, através dos *teamwork* supõe, portanto, uma *intensificação da exploração do trabalho*, quer pelo fato de

que os operários trabalham simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer através do ritmo e da velocidade da cadeia produtiva dada pelo sistema de luzes. (Antunes, 2002, pg. 34)

Este se estrutura *preservando* um número reduzido de trabalhadores dentro das empresas matrizes, mais *qualificados*, *multifuncionais* e envolvidos com o seu ideário, bem como *ampliando*, através do aumento das horas-extras, da terceirização no interior e fora das empresas, da contratação de trabalhadores temporários etc. - opções estas que são diferenciadas em função das condições do mercado em que se inserem. Quanto mais se distancia das empresas principais, maior tende a ser a precarização do trabalho. (Antunes, 2002, pg. 35)

Antes, no taylorismo e fordismo, o trabalho degradava o corpo do trabalhador, agora, no taylorismo, abala também o psicológico. As transformações humanas e organizacionais passam a acompanhar as mutações tecnológicas, desse modo, ocorre o desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho, a dominação do capital até mesmo na vida fora do trabalho e a pressão para a constante qualificação para a vagas de emprego (busca de empregabilidade). O questionamento a cerca de para que e para quem se produz, a eficiência das máquinas e a subjetivação que isso causa no trabalhador vão produzindo o estranhamento. O trabalho torna-se alienado, ou seja, há uma desumanificação, a objetivação do indivíduo. E no caso dos desempregados, que segundo o IBGE atinge 12,7 milhões de brasileiros (dados atualizados em setembro de 2018), tal situação pode tornar-se insustentável.

Sob a condição da separação absoluta do trabalho, a alienação assume a forma de *perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada*, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na *sociedade do trabalho*. (Antunes, 2002, pg. 42)

Quando se pensa na enorme massa de trabalhadores *desempregados*, as formas de *absolutização* da alienação são diferenciadas. Variam, segundo o autor, da *rejeição da vida social, do isolamento, da apatia e do silêncio (da maioria) até a violência e agressão diretas*. Aumentam os focos de contradição entre os desempregados e a sociedade como um todo, entre a "racionalidade" no âmbito produtivo e a "irracionalidade" no universo societal. Os conflitos tornam-se um problema social, mais do que uma questão empresarial, transcendendo o âmbito fabril e atingindo o espaço público e societal. Da explosão de Los Angeles, em 1992, às explosões de desempregados da França, em expansão desde o início de 1997, assistimos a muitas manifestações de revolta contra os *estranhamentos*, daqueles que são expulsos do mundo do trabalho e, conseqüentemente, impedidos de vivenciarem uma vida dotada de algum sentido. A desumanização segregadora leva, ainda segundo o autor, ao isolamento individual, às formas de criminalidade, à formação de *guetos* de setores excluídos, até as formas mais ousadas de explosão social que, entretanto, *"não podem ser vistas meramente em termos de coesão social, da sociedade como tal, isoladas das contradições da forma de produção"*

capitalista (que é produção de valor e de mais valor). (Idem: 250)(Antunes, 2002, pg. 42)

Essa alienação contribui com o mal-estar e pode ser um dos gatilhos para a depressão. O não pertencimento ao mercado de trabalho torna o indivíduo marginalizado. Ao mesmo tempo em que a sociedade capitalista não aceita os desempregados também não os inclui, pois a crise estrutural do capitalismo persiste de modo a continuar gerando o desemprego.

Assim, o trabalho além de ser destituído de criatividade e cada vez mais precarizado, está submetido hoje a altos níveis de competição, os contratos mais flexíveis que acabam com a estabilidade garantida, a necessidade de ter mais de um emprego para garantir as condições mínimas de sobrevivência, o elevado grau de adaptação aos novos empregos, isso em uma realidade que apresenta desemprego estrutural e o momento vivido é caracterizado por grandes rupturas.

O sistema da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tem por objetivo a regulamentação das relações trabalhistas e foi decretada no governo de Vargas no ano de 1943. Ela visa regular as relações de trabalho, proteger o trabalhador e criar o direito processual do trabalho, assim, conter as relações abusivas de trabalho. A legislação prevê a carteira de trabalho assinada e a previdência social obrigatória aos empregados, estabelece o salário-mínimo, o direito à greve, a jornada de trabalho de 40 a 44 horas semanais com hora de almoço ou descanso, descanso semanal de no mínimo 24 horas consecutivas e férias remuneradas, além do adicional noturno, das horas extras, faltas justificadas, licença-maternidade, 13º salário e FGTS e aposentadoria. Dessa forma, a lei busca garantir direitos e condições de trabalho decente para os trabalhadores. Mas, como Antunes relembra, parte das massas assalariadas do campo ainda não são totalmente incluídas nessas condições.

Porém, nesse momento de transformações e rupturas, o setor do trabalho também sofre mudanças, como aponta Antunes em seu texto *A sociedade da terceirização total*

Hoje estamos à frente de um novo vilipêndio em relação aos direitos do trabalho no Brasil, cujo significado tem requintes comparáveis à escravidão. Descontentes com os poucos direitos conquistados pela classe trabalhadora, os capitais exigem a *terceirização total* do trabalho, conforme

consta de modo cabal no PL 4330 (depois modificado para PLC 30/2015). Em nome da falaciosa “melhoria da qualidade do produto ou da prestação de serviço”, o PL elimina de uma só vez, a disjuntiva (já limitada) existente entre as atividades-meio e atividades-fim, rasgando de fato a CLT. Em tese, todas as modalidades de trabalho poderão ser terceirizadas. (Antunes, 2015, pg. 8)

Segundo Antunes, o trabalho terceirizado não cria empregos, mas desemprega, reduzindo os empregos e subtraindo os salários, ela especializa ao invés de qualificar o trabalhador ampliando os acidentes de trabalho, ela diminui ou acaba com as férias devido à imprevisibilidade do cotidiano do trabalhador causada pela informalidade e alta rotatividade.

Assim, além da redução salarial, redução de custos, burla de direitos, enfraquecimento da organização sindical e ruptura de seus laços de solidariedade, o projeto da terceirização total objetiva uma regressão sem precedentes na história moderna do trabalho no Brasil, imposta pelo mundo financeirizado (entenda-se, não só dos bancos, mas do grande empresariado industrial, agroindustrial e de serviços que dependem e são resultados, no plano mais geral, da simbiose do mundo financeirizado). Estes setores agora exigem a *sociedade da terceirização total*. (Antunes, 2015, pg. 9)

Tal situação em conjunto com o capitalismo flexível contribui para o aumento da informalidade e da precarização. A terceirização apresenta um importante papel para expandir as formas de acumulação flexível.

Criando trabalhadores e trabalhadoras de “primeira e segunda categorias”, fatiando-os e diferenciando-os entre contratados diretamente e “terceirizados”, ampliam-se ainda mais as heterogeneizações e fragmentações no corpo produtivo. À título de exemplo: nas jornadas mais extensas; na intensificação do trabalho; na maior rotatividade; nos salários menores; nos cursos treinamentos (que em geral são menos frequentes para os terceirizados); no acesso limitado às instalações da empresa (a exemplo de refeitórios e vestiários diferenciados); nas revistas na entrada e saída da empresa; nas mais arriscadas condições de (in)segurança do trabalho, tudo isso acarretando **graves problemas na saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, tanto no aumento dos acidentes, bem como nas estatísticas decorrentes de mortes e suicídios no trabalho** (ANTUNES e DRUCK, 2014. Grifo nosso.)

Em anexo, está presente o gráfico *Estimativas entre o período entre 2012 e 2017 com base nas médias Anuais da PNAD Contínua* elaborado a partir das médias anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua realizada pelo IBGE. Nele é possível verificar que a população *ocupada* apresenta pouca alteração nos índices do Brasil em geral, no Sudeste, esses números variam de 39.744,7 em 2012, para 40.447,5 em 2017. Já a população *desocupada* percebe-

se um aumento significativo, no Sudeste as estimativas apresentam aumento de 3.866,7 em 2015, para 5.422,7 em 2016 e para 6.251 em 2017. Em relação ao *Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico – com carteira de trabalho assinada*, há uma queda de 36.609,5 em 2014 para 33.339,5 em 2017. Os que trabalham por *conta própria* subiu de 20.448,7 em 2012 para 22.682,5 em 2017. E apesar no índice de *força de trabalho* apresentar a estimativa de 103.880,5 em 2017, a estimativa do *crescimento os de fora de força de trabalho* apresenta um aumento mais leve, somando 64.481,7 em 2017. Tais números podem ser relacionados com as mudanças que estão ocorrendo no âmbito do mercado de trabalho.

Por fim, relacionando tal situação com o mal-estar e a depressão, uma notícia no site da *Folha* informa que a depressão é a maior causa de incapacitação no mundo, segundo a OMS. Estima-se que quase metade das pessoas com depressão não foi diagnosticada, logo, não recebem nenhum tratamento. A depressão causa a queda da produtividade e acabam por gerar um alto custo global. Segundo uma matéria da *época negócios*, mais de 75 mil pessoas foram afastadas do trabalho por depressão em 2016 com direito a recebimento de auxílio-doença representando 37,8% de todas as licenças no ano abrangendo depressão, estresse, ansiedade, transtornos bipolares, esquizofrenia e transtornos mentais relacionados ao álcool e cocaína. A matéria traz que:

Uma das diretoras da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), Rosylane Rocha explica que a depressão é uma doença, com um componente genético, que pode ser desencadeada por uma série de fatores, como o contexto social ou um determinado evento de vida da pessoa. Uma vez que exista a predisposição para a doença, uma carga exaustiva e recorrente de trabalho, um ambiente muito estressante ou uma situação de estresse pós traumático, por exemplo, podem fazer com que o trabalho seja o fator responsável por desencadear o problema. É nesses casos em que os benefícios são considerados acidente de trabalho.

Uma outra notícia no site *revista encontro* revela que:

No Brasil, os casos de afastamento do trabalho devido a problemas ocupacionais cresceram cerca de 25% entre 2005 e 2015, atingindo 181.608 pessoas, segundo informações publicadas no Anuário do Sistema Público de Emprego e Renda do Dieese, com base na Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Em 2016, 75,3 mil trabalhadores brasileiros foram afastados por causa de depressão. Esse grupo corresponde a 37,8% de todas as licenças do ano passado e que tiveram direito a recebimento de auxílio-doença em casos episódicos ou recorrentes

Essas condições de trabalho acabam por influenciar em todos os momentos da vida cotidiana (dado que geralmente ocupa, em média, 40 a 45 horas semanais dos indivíduos) e acabam por aumentar o estresse, o mal-estar, a depressão e o suicídio entre a população. Fatores como atrito do trabalho, concorrência, competição, insegurança, exaustão, provar-se todo tempo, entre outros, vão desgastando o corpo e o psicológico do sujeito.

O próximo fator analisado está intimamente relacionado com o trabalho, trata-se da mobilidade, tendo que o espaço metropolitano separa cada vez mais o lugar do trabalho do lugar de moradia, a mobilidade no espaço urbano torna-se mais um agravante do estresse devido ao elevado tempo gasto na locomoção de um ponto ao outro, além do enfrentamento de trânsito, multidões, poluições do ar, sonora e visual.

6.2 Mobilidade e Circulação

A expansão veloz, desmedida e mal planejada da cidade como um todo gerou a segregação na cidade e configurou uma suburbanização, na qual os que moram nas periferias percorrem grande distância para chegar ao serviço no centro por meio da utilização do transporte público. No início da urbanização a cidade era caracterizada pela divisão entre as classes mais altas residindo no centro da cidade enquanto as classes mais baixas eram constantemente expulsas para as periferias tendo que levar mais tempo para chegar no centro, local que concentra o mercado de trabalho. Tal fenômeno permanece ocorrendo, porém outro movimento também tem se relacionado com as longas distâncias percorridas até o centro.

Os moradores com melhores condições financeiras da sociedade, cansados da dinâmica constantemente veloz e conturbada do centro, passaram a refugiar-se em condomínios fechados distantes do centro, buscando, talvez, a felicidade nas condições primitivas defendida por Freud, comentada em capítulos acima. Contudo a grande diferença encontra-se nos meios de mobilidade utilizados por cada grupo social. Enquanto os mais ricos enfrentam os quilômetros de trânsito em seus carros individuais com direito a ar-condicionado e até tela monitor que proporcionam entretenimento, os mais pobres enfrentam a distância utilizando ônibus e metrô

lotados, tendo que aguardar por vezes horas para conseguir apenas entrar nesses transportes públicos. São Paulo apresenta elevado movimento de deslocamentos diários com destino ao trabalho ou a instituições de ensino. A imagem 1, mostra parte de um mapa criado pelo IBGE e mostra a intensidade desse deslocamento.

Intensidade dos deslocamentos para trabalho e estudo na Concentração Urbana de São Paulo/SP.

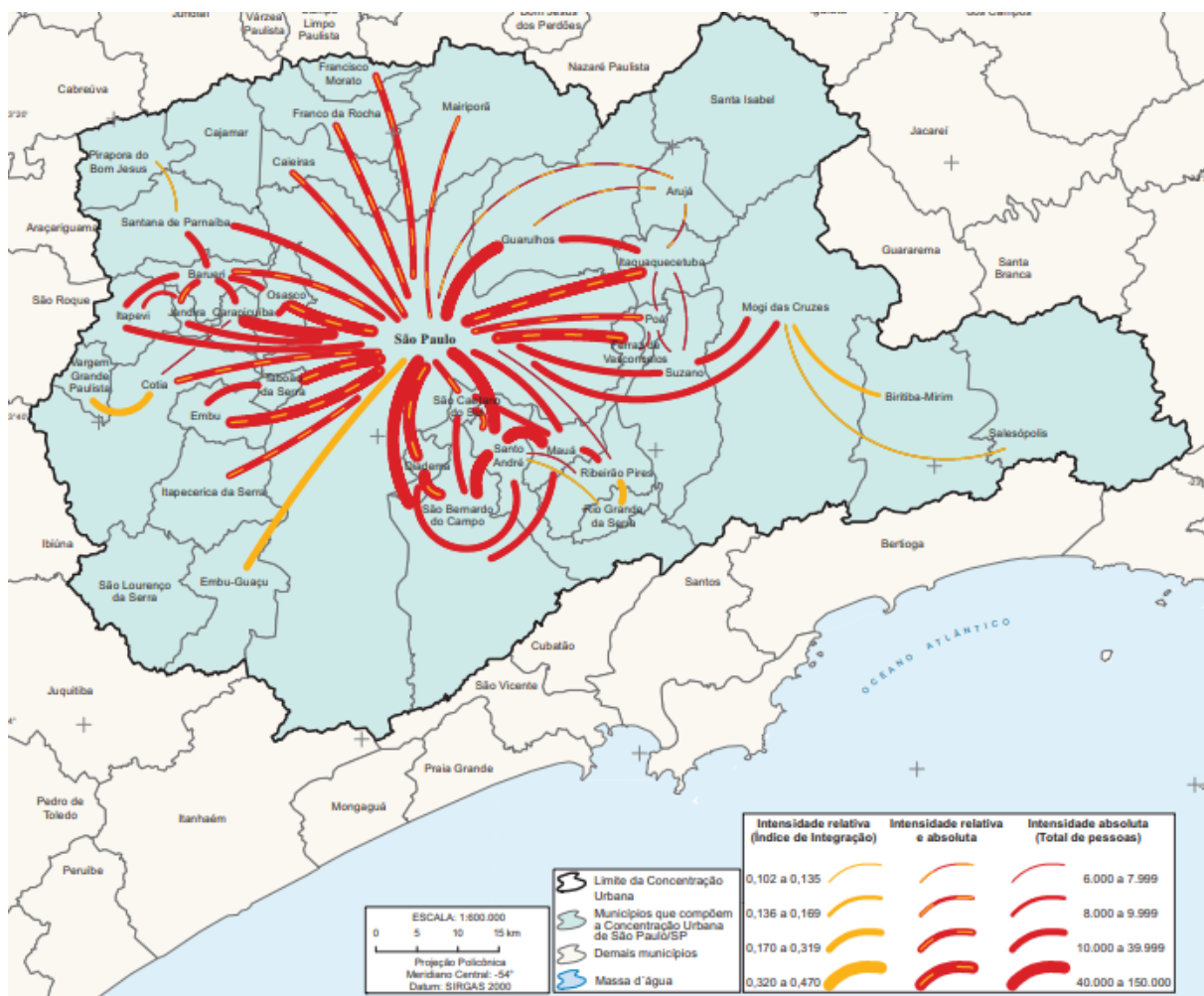


Imagem 1. Disponível em:

<ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/tipologias_do_territorio/arranjos_populacionais/mapas_2ed/mapa206.pdf> Acesso em 23/07/2018.

A mobilidade urbana na cidade de São Paulo apresenta-se caótica para todos que necessitam percorrer por ela, sejam distâncias grandes ou pequenas e independentemente de seu meio de transporte escolhido. As distâncias grandes já foram comentadas acima, porém, devemos levar em consideração que até mesmo as distâncias curtas causam transtornos superior ao esperado. A lógica que orienta

para o consumo de automóveis fez com que as estruturas viárias fossem, quase que exclusivamente, voltado para eles direcionando o orçamento público para a construção da cidade do automóvel, o que também traz como consequência o aumento do número desses veículos que nos imobiliza em congestionamentos aumentando o tempo de deslocamento casa-trabalho-casa.

O tempo que se leva nesses trajetos é um dos fatores que corroem o psicológico do cidadão. A partir do momento em que todo minuto passa a ser importante a sensação de perder horas do seu dia apenas no percurso realizado causa incomodo e estresse. Por vezes, nos transportes públicos, esse tempo é aproveitado para acrescentar uns minutos de sono, ou para ler uma leitura ou uma série em dia. Mas devido a lotação desses modais de transportes, apenas alguns, em raros horários, conseguem tornar a viagem um pouco menos improlífica.

O gráfico 1, retirado do site da *Associação Nacional de Transportes públicos* (ANTP) mostra a diferença de tempo de deslocamento entre os moradores da favela e de outras áreas em algumas cidades brasileiras. São Paulo e Manaus são as que mais destacam essa desigualdade que desfavorece os moradores das favelas. São Paulo também se destaca por ser a cidade que apresenta maior porcentagem da população que levam mais de 1 hora no deslocamento, são mais de 35%. Já o Rio de Janeiro, influenciado por sua característica habitacional da ocupação dos morros, destaca-se com o tempo de locomoção das favelas apresentar-se menor que de outras regiões.

Pessoas que levam mais de 1h no deslocamento para o trabalho (%)

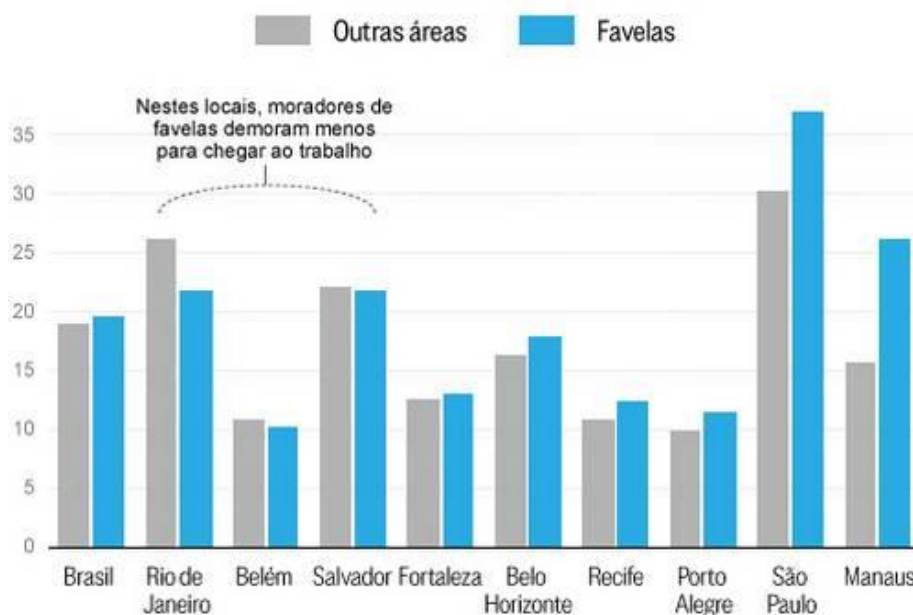


Gráfico 1. Disponível em: <<http://www.antp.org.br/noticias/clippings/moradores-da-favela-e-do-asfalto-perdem-mesmo-tempo-no-transito.html>> Acesso em 23/07/2018.

Outro matéria da ANTP tem por tema: "Tempo no transporte afeta saúde dos paulistanos, aponta estudo da USP" e baseia-se em uma pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP que mostra que o tempo passado no trânsito na cidade de São Paulo afeta a saúde dos indivíduos. Estima-se que o tempo gasto no trânsito pelos moradores da capital é de 1 hora e 36 minutos para os homens, e 1 hora e 17 minutos para as mulheres. E, devido a mais esse momento de estresse, a preocupação com comidas saudáveis ou a prática de exercícios físico ficam mais distantes. A imagem 2 é resultado dessa pesquisa e mostra o tempo médio gasto em hábitos diário e a saúde emocional buscando relacioná-los também com a realização dos exames em 2015. O exame de mama foi realizado por 72,9% das mulheres, o da próstata, 63,3% dos homens, e o de colorretal apenas por 22,7% da população.

Saúde física e emocional

Pesquisa compara os hábitos de homens e mulheres

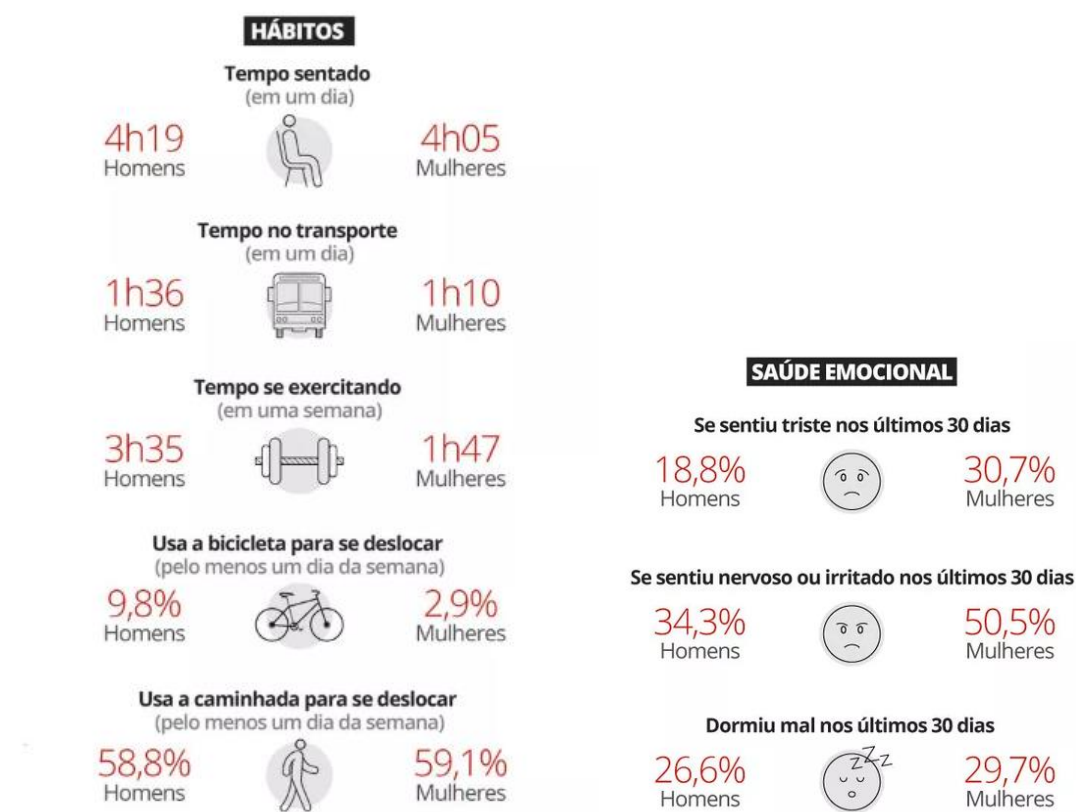


Imagem 2. Disponível em: <<http://www.antp.org.br/noticias/clippings/tempo-no-transporte-afeta-saude-dos-paulistanos-aponta-estudo-da-usp.html>> Acesso em 23/07/2018.

Sobre os outros meios de mobilidade, a opção de caminhar possui alguns obstáculos. O medo de ser assaltado é um deles devido também a regiões que não são iluminadas adequadamente, ou não possuem um policiamento contínuo tornando os que passam por esse trajeto vítimas mais fáceis. Outro problema está nas calçadas que, por vezes, encontram-se impossibilitadas de serem usadas devido a buracos, obras não terminadas, bueiros perigosos, etc. Não são raras os casos de acidentes ocasionados por essas condições. E isso quando há as calçadas. Em muitos trajetos essa opção simplesmente não existe, obrigando os pedestres a disputarem as ruas com os veículos colocando a vida em risco, ou ter que optar por outro caminho mais longe ou outra opção de locomoção. Mas, ainda assim, segundo a imagem 2, estima-se que 58,8% dos homens e 59,1% das mulheres que moram

na cidade de São Paulo escolhem usar a caminhada para se deslocar pelo menos em um dia da semana.

Outra opção de mobilidade que vem ganhando destaque é a bicicleta. Segundo o site da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CETSP), a cidade possui 468 km de ciclovias/ciclofaixas e 30,3 km de ciclorrotas, além de 6.149 bicicletários e 121 paraciclos públicos instalados nos terminais de ônibus e Estações de trem e metrô. Em anexo está o mapa dessa estrutura, e nele é possível perceber que ela alcança apenas uma parte da cidade, principalmente a região central, não integrando os extremos sul, norte e leste. Deve-se levar em conta também que nem todos os locais de destino oferecem condições para guardar a bicicleta, ou local para tomar banho e trocar de roupa. Dessa forma, entende-se a imagem 2 que revela que apenas 9,8% dos homens e 2,9% das mulheres que moram na cidade de São Paulo escolhem usar a bicicleta para se deslocar pelo menos em um dia da semana.

Por mais que existam outros meios de locomoção o automóvel ainda é um meio bastante priorizado e o que oferece uma liberdade e um conforto maior atraindo o desejo de consumo, e quanto mais espaço se dá para os carros, mais espaço eles requerem. A mobilidade e a circulação estão relacionados com o processo de produção do espaço, e este é construído não apenas pelo movimento que prioriza o transporte privado em conjunto com a força da indústria automobilística, como também não resolvem a situação dos transportes públicos precários ou insuficientes para todos dificultando a escolha por eles como meio de locomoção. O estresse causado pela baixa eficiência na circulação contribui para a estafa e desilusão com a vida na cidade, a qual sem perspectiva viável ou próxima de alterar esse quadro torna-se mais um motivo da depressão.

6.3 Vida pública e privada

O cotidiano permite ler a articulação entre a vida privada e a vida pública. Para abordar a esfera privada torna-se importante apontar a esfera pública, esta que se refere ao mundo comum, ou seja, ao que reúne os sujeitos na companhia uns dos outros, sendo os interesses em comum a todos que relacionam as pessoas.

Nela são realizadas as divulgações do que pode ser visto e ouvido por todos permitindo, assim, diversas visões e percepções de ângulos diferentes de um mesmo ponto, isso é, para Hannah Arendt, o significado da vida pública. Contudo, Arendt completa que o que torna difícil suportar a sociedade de massa, fundamentalmente, “é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las.” (Arendt, 2007, pg. 62). Assim, a vida pública esta também relacionada com o espaço e sua produção de referências e memórias que criam os elos. Dessa maneira, a inversão dos valores e a produção capitalista do espaço também atinge essa esfera.

Assim, o que importa não é que haja falta de admiração pública pela poesia e pela filosofia no mundo moderno, mas sim que essa admiração não constitui um espaço no qual as coisas são poupadas da destruição pelo tempo. A admiração pública, consumida diariamente em doses cada vez maiores, é, ao contrário, tão fútil que a recompensa monetária, uma das coisas mais fúteis que existe, pode tornar-se mais “objetiva” e mais real. (Arendt, 2007, pg. 66)

“A destruição do mundo em comum ocorre quando há a destruição dos muitos aspectos nos quais ele se apresenta á pluralidade humana” (Arendt, 2007, pg. 67). Tal situação pode ocorrer por meio do isolamento radical quando não há mais concordância entre ninguém, ou por meio da histeria em massa quando todos passam a achar que tem direito de interferir, opinar ou manipular a vida alheia.

Em ambos os casos, os homens tornam-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privado de ser vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência... (Arendt, 2007, pg. 67)

Por outro lado, a vida privada refere-se aquilo que é compartilhado apenas a um grupo restrito de pessoas mais próximas, como, por exemplo, família, amigos, pessoas de confiança as quais se tem afinidade e que o indivíduo sinta-se à vontade para dividir seus pensamentos, desejos e opiniões que normalmente não deseja-se que seja de conhecimento geral. A privação reside na associação entre poucos indivíduos que compartilham algo em semelhante, particular, logo, na ausência de muitos outros. Dessa forma, “o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse.”(Arendt, 2007, pg. 68) tornando suas vivencias, experiências, angústias e opiniões sem importância para o outro, sem interesse.

A preferência dada as relações ditas “entre iguais”, ou seja, as relações privadas, leva ao declínio alarmante da interação pública impossibilitando a

detecção dos problemas comuns a todos, tal situação de comodidade é um dos fatores da crise política. O ato de não se expor ao resto da população, de não se mostrar para o outro e não ver o outro não permite o descobrimento de sensações em comum, dessa forma, não tem como saber quais são as angústias e aspirações que pertencem a todos, quais são os incômodos que não são inerentes apenas ao seu grupo privado, mas a toda a população possibilitando a busca de uma solução e, também quais são as fontes de satisfações em comum, a fim de aumentá-las pela cidade.

As cidades foram formadas em detrimento da proximidade entre os indivíduos objetivando o maior contato, dado que nelas as relações são facilitadas formando pontos de encontro para trocas, comércio, interação social e comunicação. A cidade introduz a sociabilidade e a vida pública que por meio da convivência diminui a rejeição, contudo, a falta de integração, a crescente individualização, o afastamento, a falta de reconhecimento ao outro gera uma desumanização em uma situação onde o indivíduo não admite o outro, o trata como estranho acarretando na hostilidade ou fomentando o isolamento social. Os espaços públicos são locais que permitem a interação entre as diversidades, mas, com a alteração no sentido da produção do espaço, eles também se alteram e seu sentido de encontro e de referência vai decaindo. Partindo disso, Carlos, ao abordar o poder do corpo no espaço público, coloca que:

A vida doméstica, invadida pelo tempo da sociedade produtivista, contempla a transformação do sujeito em espectador. Há um fechamento da ação na vida privada, nas simulações da vida social por meio da cultura e do esporte, por exemplo. No espaço público, a cidade vivida como fragmento encolhe as possibilidades do entrelaçamento das ações que pontuam a vida, capazes de permitir/renovar os eventos cotidianos. O shopping center é representado como espaço público, aparecendo como o lugar que no mundo moderno permite a reunião, ganhando “centralidade” na vida urbana frente ao esvaziamento real e simbólico dos espaços públicos. (Carlos, 2014, pg.16)

A urbanidade, pensando nesse contexto, é a essência do que a cidade deve ser, é um conjunto de condições que favorece a relação social e a ampla interação que ultrapassa o ambiente familiar, social e econômico diminuindo a sensação de não pertencimento, que é encontrado em ambientes menores, diminuindo também os constrangimentos. Por isso a importância dos espaços públicos distribuídos, acessíveis, seguros e convidativos para afirmar a cidadania, ou seja, o acolhimento

total independente da origem, raça, gênero ou qualquer outra distinção, reunindo os que se sentem não pertencentes ao meio garantindo os direitos e o respeito mútuo.

O que ocorre é a decadência dos espaços públicos, as praças que tendiam a ser locais de encontro e de descontração vem sendo ocupadas pela população dos moradores de rua, por vezes são pontos para comercialização e consumo de drogas, tornam-se lugares a serem evitados, acabam sendo mais um lugar apenas de passagem sem ser percebido e não mais um lugar de contemplação e de fruição. Nos parques paga-se pelo estacionamento, alguns até pela entrada, e dentro deles somos cercados por comercialização de água, lanches, brinquedos. Um local que era destinado ao lazer torna-se mais um lugar de consumo. Ao ponto que os shoppings center, como abordado acima por Carlos, tornam-se referências de espaço público. Um local privado, cercado por atividades monetárias, com seguranças que podem barrar a entrada sem motivos aparentes, que encobre as realidades da sociedade, ou seja, o total oposto de público toma o lugar do seu real sentido.

Nesse contexto, o espaço público se transforma – esvaziando-se de sentido porque limita e coage os modos de apropriação – , o uso das ruas, por exemplo, modifica-se profundamente e elimina os pontos de encontro e, com isso, rompe as possibilidades do próprio encontro, enquanto a expulsão de parte dos moradores e a mudança das funções das construções (residências que se transformam em pequenos negócios de prestação de serviços, ou mesmo estacionamentos) rompem com as antigas relações de vizinhança, propiciando a perda da sociabilidade. O esvaziamento do sentido e das possibilidades de apropriação dos espaços públicos assinala a construção dos espaços semi-públicos em substituição à rua (é assim que os shoppings centers se proliferam e tornam-se centros de lazer). (Carlos, 2014, pg. 66)

Essa situação agrava-se com a diminuição da esfera privada para a esfera individual. O crescente processo de isolamento social impacta o movimento de interação e modifica as relações com os demais até nas escalas menores. A falta de interação leva as pessoas a não conhecerem seus próprios vizinhos, a não criar unidade com as pessoas que frequentam os mesmos meios sociais, e por consequência não confiar e, por isso, passar a temer o outro. Há uma explosão de individualidades e um vazio de coletivos.

Tal conjuntura de aversão a cidade contradiz sua função, a diversidade existe, porém o contato entre elas ainda é uma questão a ser melhor trabalhada. As diferenças são ressaltadas e isso promove o sentimento de não adequação, ou não

pertencimento que fomenta uma crescente negação da sua estrutura, e a fuga da cidade – que não garante a resolução da questão – torna-se a nova utopia buscada. A crise do público corrói o indivíduo sem que ele se dê conta disso e o aproxima cada vez mais do mal-estar. A interação por meio tecnologias têm tomado o espaço da interação pessoal – que envolvem o ser, o corpo, a mente e o espaço –, mas é incapaz de a substituir.

Além disso, o tempo do cotidiano destinado ao exercício da vida privada acaba sendo destinado a outras atividades. Por exemplo, o tempo que é gasto com o trabalho não inclui o tempo que se leva para chegar e voltar para ele, que é retirado das horas privadas. O tempo que é exigido para a especialização, para aumentar a empregabilidade qualificando-se em busca de melhores oportunidades de emprego também é retirado das horas privadas. As horas destinadas a ir ao mercado, limpar a casa, pagar as contas, cuidar dos filhos... todas essas atividades esgotam o tempo privado e o tempo público, esgotam o ser.

Assim, ao se resguardar demais, confinar-se em seus próprios núcleos negando tudo que é alheio, além de promover a intolerância e o aumento de sentimento de não pertencimento da sociedade em sua totalidade, também acaba com a chance da percepção de que casos como a depressão, que tende a ser um problema individual o qual muitos ainda mantém na esfera particular por vergonha ou receio de ser tratado como incapaz de alguma forma, pode ser, na verdade agravada pelo mal-estar que atinge grande parte da sociedade mas não é trabalhado ou notado. A precarização da esfera pública, o isolamento social, a velocidade da cidade, as inúmeras atividades a serem cumpridas que invadem os tempos destinados ao sujeito, a vida privada e a vida pública, são todas contradições que realizam-se no espaço urbano devido a sua reprodução sob o controle do dinheiro, do consumo, da produção e da mercadoria, e não sob as escalas humanas, biológicas e sociais da população.

6.4 Lazer

O tempo destinado ao lazer interfere significativamente no bem-estar e na saúde física, mental e psicológica do sujeito. O conceito de lazer é definido pelo

tempo que sobra do horário de trabalho aproveitável para o exercício de atividades prazerosas, entretenimento, recreação e repouso sendo um direito do ser humano que está relacionado com a dignidade da pessoa e esta “garantido” por lei aos trabalhadores pelo art 7º, inc IV CF 88, o qual traz que o salário deve atender a necessidades vitais básicas da pessoa e sua família como moradia, alimentação, educação, saúde, etc, incluindo o lazer. Esse tempo é importante para combater o estresse, dado que, representa um tempo do não trabalho, uma folga das atividades corriqueiras e desgastante. Assim, o tempo de lazer é o qual deve ser destinado a atividades que proporcionam o bem-estar, aumentando, assim, a qualidade de vida. Segundo o dicionário de filosofia o lazer é:

Parcela do tempo livre em que nos dedicamos a realização pessoal como fim último, após termos cumprido nossas obrigações. Escolher atividades com fins desinteressados. Oposição ao tempo de trabalho, surge na revolução industrial onde houve a separação do tempo do trabalho dos demais. tempo livre do trabalho. (Dumazedier por Dortier, 2010, pg. 347)

Contudo, deve-se destacar que o significado primário de lazer vem sendo transformado entrando na esfera do mundo do consumo, como uma mercadoria cujo acesso se faz preferencialmente através do mercado. O lazer, atualmente, como uso de espaços esta relacionado com o consumo seja nos shoppings, cinemas, bares, baladas ou em parques, praias, passeios turísticos, etc., ou seja, atividades que sempre acarretam em um custo, mesmo que mínimo e estão invadidas pela lógica do dinheiro. O conceito foi transformado tornando-se sinônimo de consumo, deixou de ser um momento de distanciamento das normas impostas pelo deveres do dia a dia, um momento destinado ao desenvolvimento das atividades que geram satisfação provocada apenas pela situação, seja por meio do ócio ou por meio de atividades, um momento no qual permite o desenvolvimento pessoal e social e que não é cercado apenas pelo mundo da mercadoria, tornando-se o anti-lazer o qual Marcellino discorre sobre

Um quinto e último ponto a abordar é a ocorrência entre nós sobretudo do anti-lazer, e não do lazer (MARCELLINO, 1995). É o lazer mercadoria. É o simples entretenimento e diversão, no sentido de distrair, de desviar a atenção. Atividades de consumo exacerbado, que são apresentadas como ilusão de escolha e participação. (Marcellino, 1998, pg. 40)

Segundo Marcellino, o lazer leva em conta a cultura, o modo o qual a vida social se desenvolve pelo processo de produção da atividade humana, ou seja, o produto socialmente elaborado e, também, as influências da estrutura social vigente

(no caso de São Paulo, uma estrutura segregada baseada na renda), e a “vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para solapar a estrutura social vigente” (Marcellino, 1998, pg. 39), e não apenas o descanso e o divertimento.

A partir da década de 50, com a chegada dos aparelhos televisivos no Brasil, o tempo destinado ao não trabalho foi, cada vez mais, gasto com programas e novelas que distraiam as pessoas. Atualmente, há o crescimento do mesmo modo de entretenimento, mas com uma cara diferente. São os provedores de séries e filmes nos quais o telespectador pode escolher o que, quando e onde assistir, essa “liberdade” vem atraindo cada vez mais pessoas. Outra forma de entretenimento que vem ocupando o tempo de lazer está nas redes sociais acessadas através dos celulares (que esta sempre em mãos) que envolve o usuário com notícias do mundo, da sua cidade e de seus conhecidos além de vídeos e matérias que falam do cotidiano por meio da comédia, de guias que facilitam tarefas e de demais temas que é de interesse desse sujeito. Dessa forma, a técnica invade o mundo cotidiano e subjuga as relações sociais facilitando o aumento de dependência pela tecnologia e, em simultâneo, ocorre o processo de perda do mundo lúdico, da criatividade.

Todavia, o lazer em si foge ao mundo da mercadoria, relaciona-se a apropriação e fruição da cidade, a partir dele é possível perceber a estrutura cultural, social e econômica da cidade. O modo que cada grupo social entende por lazer diz muito sobre a produção do espaço. A indústria do entretenimento em conjunto com a indústria cultural produzem centralidades que acabam por moldar espaços, ditos de lazer, que não integram a cidade como um todo. Marcellino aponta o *lazer funcionalista*, o qual visa a manutenção do status quo e não leva em consideração o conjunto de práticas baseadas na situação socioeconômica que produz desigualdades quantitativas e qualitativas na apropriação do *tempo disponível*.

verificamos que vem imperando, entre nós, a visão “funcionalista” do lazer (MARCELLINO, 1995), que prega a importância da preservação da ordem estabelecida, sendo o lazer a válvula de escape dessa própria ordem social vigente. (Marcellino, 1998, pg. 40)

Assim, partindo da concepção do lazer funcionalista, as atividades direcionadas para o uso desse tempo disponível – manipulada pela indústria do consumo e pela indústria cultural – tendem a habituar os cidadãos de modo que não

haja mudanças no modelo da sociedade em vigor. A distribuição desigual dos equipamentos de lazer produzido pelo capitalismo e pelo processo especulativo do mercado concentra equipamentos específicos de lazer, e os espaços, na lógica mercadológica, transformam-se também em mercadoria passando de espaço do consumo em consumo do espaço, desse modo, o que regula o acesso não é mais as relações cotidianas, mas o próprio mercado. Um exemplo da mercantilização do espaço na escala global é o turismo, que é a venda de um espaço sendo acessível apenas para alguns. Carlos aborda o tema da seguinte forma:

Como o lazer entra no circuito da mercadoria no contexto da mercantilização da cidade, impõe-se como necessidade a constituição de novas formas urbanas, como por exemplo, a construção de centros de lazer, muitos deles meros simulacros, a exemplo dos bares temáticos criando centros de visibilidade e de fácil identificação com os padrões da sociedade de consumo no espaço, um lugar de referência da identidade abstrata. A produção de uma nova urbanidade se realiza pela mediação da mercadoria que constitui a sujeição do indivíduo ao conjunto de objetos/signos e, com isso colabora para a criação de um novo individualismo como consequência da fragmentação do indivíduo. (Carlos, 2007, pg. 67)

Mas isso não significa que a população de outras áreas não tenham lazer, apenas é caracterizado diferentemente, são, geralmente, marcado pelo encontro, pelas conversas nas calçadas, no futebol e nas festas de aniversário ou casamentos e nos churrascos de final de semana, em todos eles, a convivência social que prevalece. Entretanto, o que domina na metrópole de São Paulo é o espaço cada vez mais comandado pela troca e não mais pelo uso.

Neste processo, a cidade transforma-se no espetáculo do consumo, as ruas redimensionam-se e ganham outro conteúdo que elimina o lúdico pois transforma-se em lugar de passagem. As grandes lojas de departamento e os shoppings centers substituem o lazer, ou melhor, viram lazer. (Carlos, 2007, pg. 51)

Por fim, essas transformações do espaço, do conceito de lazer e das atividades realizadas no tempo livre pode ser mais um dos motivos que agravam o mal-estar social e contribuem para o aumento de casos de depressão. As normas da sociedade de capitalista invadem também esse tempo, que já foi o outro do que é hoje, o turismo, o brincar, o encontro, o passeio, o museu, a fruição e até o descanso, tudo isso não escapa mais da lógica do consumo, de coisas e de lugares. Esses ambientes produzidos para o lazer não geram um processo de apropriação, referência e identificação nos seus usuários, são locais de consumo desconstituído de sentido. O enfraquecimento das obrigações comunitárias (religiosa, política,

familiar) permitiu que sobrasse tempo para as satisfações pessoais, mas esse tempo é aplicado no consumo, redefinindo seu próprio sentido, isso, em conjunto com a individualidade, a fragmentação do sujeito e o declínio dos espaços públicos destinados ao lazer e as interações sociais levam a negação de pertencimento ao espaço vivido e a sensação de mal-estar. É possível se pensar, nesta perspectiva, que a diminuição da sociabilidade em seu tempo de lazer contribui para a tristeza, desesperança, pessimismo, desamparo e para o desenvolvimento da depressão.

7. Depressão, um transtorno individual

Após discorrer sobre o mal-estar no plano da sociedade e sobre as transformações das relações sociais e do cotidiano, cabe falar – para complementar o raciocínio seguido no trabalho – da depressão partindo da perspectiva de analisar o tema por meio da psiquiatria que diz respeito ao âmbito da medicina. O transtorno depressivo, quando associado ao plano do individual, caracteriza-se como doença e, assim, liga-se ao mundo dos medicamentos o qual está associado a indústria farmacêutica como um negócio. Nesse ponto busco pontuar na discussão em tela o diagnóstico da depressão e sua medicalização introduzindo o papel que a indústria farmacêutica exerce nesse cenário.

A depressão é um transtorno que afeta o humor e o psicológico do indivíduo implicando em sentimento de tristeza, desânimo, falta de energia podendo interferir na saúde física também. As causas para o desenvolvimento da depressão podem ser diversas, entre elas a genética e a orgânica relacionada aos hormônios ou a alterações químicas no cérebro, que aliadas a um trauma ou a um ambiente desfavorável – como no caso das cidades com ritmo frenético – pode propiciar o estresse e a manifestação do distúrbio.

Deve-se considerar também a questão do movimento de isolamento social que está ocorrendo que contribui para a diminuição da interação pessoal e convívio com os demais integrantes da sociedade, sendo este um dos primeiros sinais da depressão. Assim, os fatores biológicos, psicológicos e sociais devem ser levados em consideração quando pensa-se sobre a depressão. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – 5) diz o seguinte sobre os transtornos depressivos:

Os transtornos depressivos incluem transtorno disruptivo da desregulação do humor, transtorno depressivo maior (incluindo episódio depressivo maior), transtorno depressivo persistente (distímia), transtorno disfórico pré-menstrual, transtorno depressivo induzido por substância/medicamento, transtorno depressivo devido a outra condição médica, outro transtorno depressivo especificado e transtorno depressivo não especificado. ... A característica comum desses transtornos é a presença de humor triste, vazio ou irritável, acompanhado de alterações somáticas e cognitivas que afetam significativamente a capacidade de funcionamento do indivíduo. O que difere entre eles são os aspectos de duração, momento ou etiologia presumida. (DSM – 5, 2014, pg. 155)

Os distúrbios mentais foram reconhecidos como doença em meados do século XIX e o primeiro DSM surgiu em 1952. Antes disso os casos eram explicados por mitos, incluindo demônios e elementos sobrenaturais, depois foram tratados por melancolia sem serem necessariamente considerado doença. Após o iluminismo surgem as teorias racionalistas, especulações sobre as relações entre corpo e mente, o estudo da anatomia, com isso, a doença mental passa a ser vista de uma perspectiva biológica e psicológica. E com elas surgem as diferenciações e definições de cada doença (transtorno bipolar, depressão, mania, etc.), a relação com o suicídio e os tratamentos.

O médico William Cullen no século XVIII desenvolve o termo “neurose” relacionando-o com o sistema nervoso sendo a melancolia resultado de um desequilíbrio entre diferentes partes do cérebro. No século XX houve uma divisão nas práticas em saúde mental entre psicanálise e psiquiatria científica. A primeira embasada em fundamentos psicológicos e a segunda na neurobiologia apresentando-se mais significativa nas definições da síndrome depressiva sendo utilizada no DSM e na Classificação Internacional das Doenças, contribuindo também para as psicoterapias.

Nas décadas de 1940 e 1950 a técnica de eletroconvulsoterapia (ETC), estímulos elétricos no couro cabeludo para fins terapêuticos, tornou-se um dos tratamentos para transtornos psiquiátricos como esquizofrenia, e sintomas depressivos e maníacos. O procedimento ainda é utilizado e indicado para casos de depressão e mania ou euforia e, alguns casos de esquizofrenia.

A primeira e segunda guerra mundial ocasionaram uma popularização da psiquiatria devido aos tratamentos aos soldados que desenvolveram transtornos mentais. Tal situação repercutiu na sociedade promovendo maior interesse por parte da população em geral fomentando assim o mercado de saúde mental. Na década de 1950 houve uma revolução na psicofarmacologia onde antidepressivos tomou o lugar das práticas da ETC.

Segundo o psiquiatra Valentim Gentil, em uma entrevista realizada em 2013 no programa *Roda Viva*, “depressão” é o nome dado a algumas síndromes e existem variedades em suas manifestações. O aparecimento da tristeza é apenas um dos

sintomas da depressão, e o que ocorre é uma alteração sistêmica do organismo causando ineficiência de processamento das funções vitais podendo prejudicar o apetite, o sono, a capacidade de concentração, capacidade de tomar decisões, a sensação de bem-estar, alegria e de prazer nas coisas. O conjunto desses sintomas gera variantes dessa síndrome, mas todas elas causam o sofrimento.

Ao ser questionado sobre as pessoas estarem mais deprimida e sobre um possível excesso de diagnóstico e excesso de indicação de medicamentos, Gentil responde que ambas as coisas estão acontecendo. Há muitas formas de ver a depressão e houve uma expansão do conceito sendo classificadas como reativas, sazonais, consequências de doenças médicas, entre outras. O aumento da conceituação da depressão e o aumento da percepção da população de que esse sentimento está fora dos padrões as levam a buscar ajuda e também influência no aumento da incidência dos casos.

Sobre a indústria farmacêutica, Gentil diz que esta já encontrou várias moléculas antidepressivas (entre 30 a 40) que são eficazes em diversos casos e que atualmente não existe mais perspectivas de lançamento de novas moléculas e que todas elas, desde as mais antigas até as mais recentes, são eficazes. A diferença é que algumas funcionam mais em determinadas formas de depressões que em outras, as diferenças são ligeiras, mas são todas eficazes. O que se faz necessário, segundo Gentil, e a racionalização, uso adequado, o diagnóstico correto e forma eficiente de atendimento, pois apesar dos dados mostrarem o aumento de uso de medicamentos antidepressivos apenas 1/3 da população que precisa de tratamento o recebe e que esse aumento também pode estar relacionado ao custo-benefício das terapias psicoterapêuticas na qual o medicamento pode ser, por vezes, mais acessível.

O problema se dá a partir do momento em que o setor da saúde entra no contexto da produção capitalista e os medicamentos tornam-se mais uma mercadoria a ser consumida. José Augusto Barros aborda esse tema em seu texto *Estratégias Mercadológicas da indústria Farmacêutica e o Consumo de Medicamentos*, colocando que “os medicamentos, assim como os bens de consumo em geral, vêm assumindo ao lado do ”valor-de-uso”e “valor-de-troca”.” (Barros, 1983, pg. 379). Barros coloca ainda que:

Como qualquer setor empresarial, interessa à indústria farmacêutica estimular o máximo consumo. Em termos puramente mercadológicos, nos setores de produção e comercialização de medicamentos, interessa a ocorrência de um máximo de *doenças* acompanhadas de um máximo de *tratamentos*, ou seja, de “medicalização” (esta inclui a “prescrição medicamentosa”, indo, no entanto, mais longe para abranger a colocação sob a alçada da medicina de “situações” ou “problemas” que têm origem na estrutura de classes da sociedade). (Barros, 1983, pg. 378)

Sobre o termo “medicalização” o autor explica que:

Tem sido chamado de “medicalização”, a ampliação crescente do âmbito de intervenção da medicina na vida das pessoas, passando para a alçada médica, inclusive, problemas claramente determinados pela forma de ser da sociedade, no interesse de se manter o “status quo” (por exemplo, escamoteando os conflitos inerentes às relações Capital Trabalho). De igual forma, processos antes tidos como naturais ou fisiológicos crescentemente passaram a ser merecedores da intervenção médica. (Barros, 1983, pg. 378)

Vendas e faturamento do mercado farmacêutico no Brasil

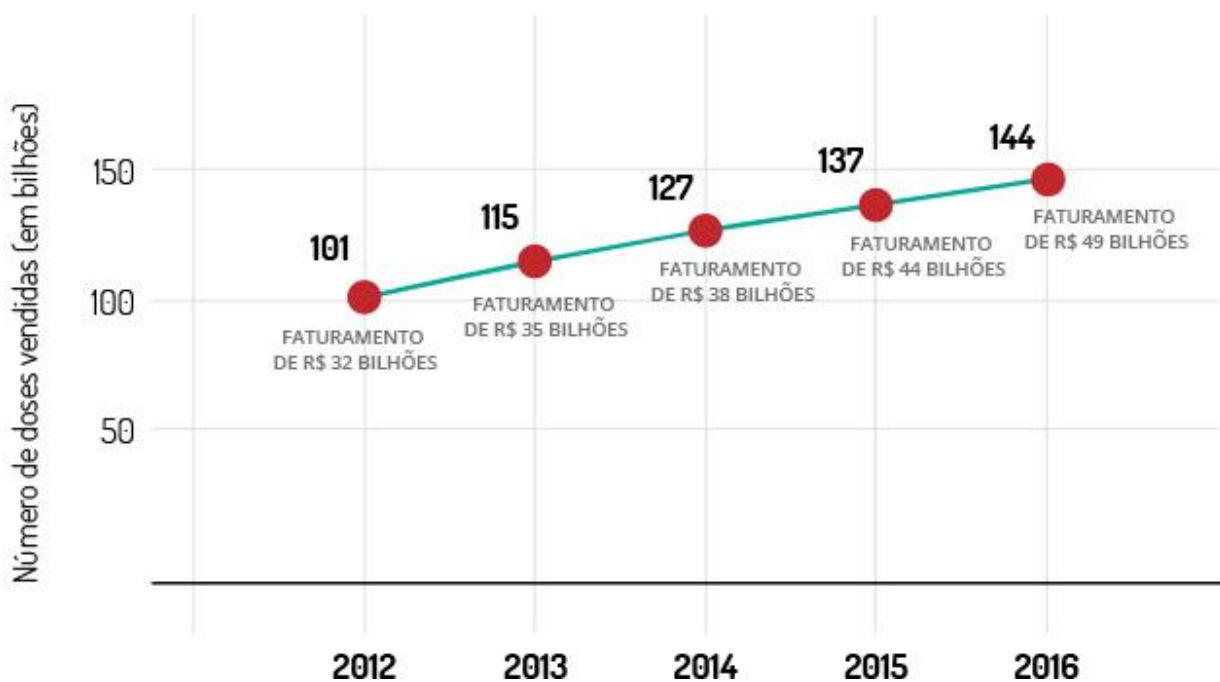


Gráfico 2. Fonte: Interfarma/QuintilesIMS

O consumo de medicamentos tem aumentado no Brasil simultâneo com o faturamento do mercado farmacêutico. Segundo a OMS o Brasil é o 6º país que mais consome medicamentos. Tal situação é mostrada no gráfico 2, pertencente a uma notícia do jornal *Estadão*, a qual acompanha o seguinte trecho:

O professor de história cultural Leandro Karnal diz que esse consumo está ligado à busca pela felicidade plena. A sociedade brasileira contemporânea, diz Karnal, não tolera a dor e acha que o estado de tristeza deve ser evitado. “Quando essa felicidade não ocorre, recorreremos a uma muleta química, o remédio.

A notícia traz a questão do envelhecimento da população, os hipocondríacos, a automedicação com auxílio de busca dos sintomas na internet e o alto investimento em publicidade pelo setor farmacêutico estimulando o consumo de medicamentos.

Uma outra notícia, no site *saúde abril*, tem como título: “Consumo de antidepressivos cresce 74% em seis anos no Brasil” e informa que segundo a OMS a população brasileira é a mais deprimida da América Latina, e que um levantamento realizado pela *Sul América* mostra que em seis anos houve um aumento de 74% no número de antidepressivos adquiridos pelos segurados dessa operadora. Segundo os estudos, as mulheres e as pessoas a partir dos 50 anos são os que mais consomem esses medicamentos.

Nas últimas décadas houve um aumento significativo e preocupante nos índices de depressão e ansiedade. Dados do *Global Health Estimates* de 2015 avaliados pela ONU mostram que a proporção da população global com depressão neste ano foi estimada em 4,4% em um total de 322 milhões de pessoas nas quais 15% vivem na região das Américas. No Brasil os transtornos depressivos e de ansiedade prevalentes atinge respectivamente 5,8% e 9,3% da população, como mostra o gráfico 3. Tais dados são apresentados também nos gráficos em anexo que mostram quais os números da depressão e da ansiedade o mundo. Esse quadro é alarmante e o aprofundamento na origem desse aumento é imprescindível para que essa situação seja revertida ou, ao menos, controlada.

Segundo o estudo epidemiológico de base populacional *São Paulo Megacity Mental Health Survey*, realizado com dados entre 2005 e 2007, o qual avaliou 5.037 pessoas, mostra que 29,6% dos indivíduos na Região Metropolitana de São Paulo apresentaram transtornos mentais nos 12 meses anteriores à entrevista. Segundo o *Global Burden of Disease Study*, realizado em 2015 pela OMS os índices de depressão e ansiedade no Brasil continuam em ascensão.

DEPRESSÃO E ANSIEDADE NO BRASIL

Prevalência de casos, em % da população, segundo dados da OMS

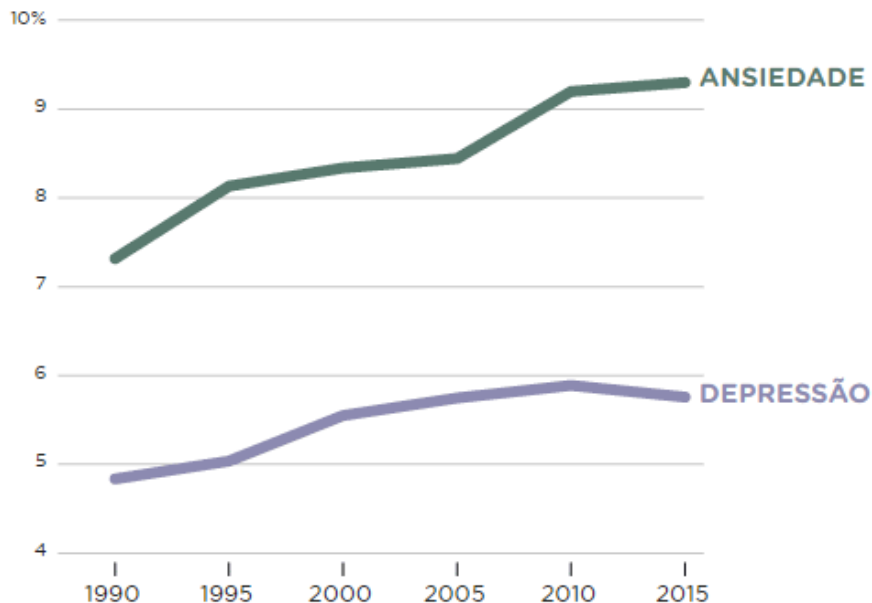


Gráfico 3. Fonte: nexojournal.com.br/grafico/2017/03/06

As questões que surgem neste trabalho são acerca dos limites entre o que é diagnosticado, atualmente, como distúrbio mental onde há a necessidade de tratamento com medicações controladas e sessões com psiquiatras, e o que faz parte do mal-estar social causado pelas dinâmicas cotidianas e, portanto, não caracterizando-se como uma doença que requer uso de medicamentos controlados para serem amenizados, mas sim a partir de mudanças nas estruturas da vida cotidiana e na forma de produção dos espaços. Deve-se levar em conta que a partir do estipulado sobre o que é a normalidade na sociedade consumista o depressivo passa a ser o que foge a regra, destoa da comunidade e, por isso, há uma intenção de normalização destes por meio de medicação e internações. Dessa forma, o aumento no consumo de medicamentos pode ser analisado a partir do deslocamento da sua explicação do âmbito médico para o âmbito sociológico.

Partindo de que a sociedade está cada vez mais fragmentada e individualizada poderíamos pensar na hipótese de que o sentimento de mal-estar, fenômeno que atinge a sociedade, pode ser confundido com a depressão, fenômeno individual? Ou então que poderia o mal-estar ter se intensificado na sociedade urbana atual contribuindo assim para o aumento da depressão? Para isso pensa-se

duas situações, uma na qual analisa-se se as condições cotidianas tornaram o homem contemporâneo mais sujeito a deprimir-se, e outra na qual analisa-se até que ponto a indústria farmacêutica e os diagnósticos para uso de antidepressivos interferem nessa identificação da doença.

8. Considerações finais

As transformações que ocorreram nos âmbitos em que se dá a realização da vida humana, tiveram como base a reprodução e manutenção da sociedade capitalista e a lógica do consumo. Dessa forma o espaço urbano passou a ser produzido objetivando a lógica econômica em detrimento da realização da vida. A reprodução do capital tem transformado o espaço urbano – aqui nos referimos às grandes cidades – cada vez mais em um lugar que se constitui apontando a perda dos referenciais que sustentam a vida urbana.

O crescimento desmedido da metrópole de São Paulo toma dimensões excessivas e torna até as atividades básicas estressantes, isso devido a sua velocidade, espontaneidade, imposição do ritmo do deslocamento, crise do trabalho, em um momento em que os interesses do capital, que difere dos interesses da sociedade, é priorizado acentuando a divisão da sociedade e produzindo um espaço fragmentado acompanhado do processo de inversão dos valores, isto é, a metrópole se reproduz como lugar da reprodução do econômico que tem prioridade sobre a produção das condições de realização da vida urbana, como apontado neste trabalho. A lógica do mercado e do trabalho invadem todos os âmbitos da realização da vida, circulação, vida pública, privada e lazer, e criando regularidades que moldam a estrutura social sob contradições.

A transição do coletivo para o individual, o movimento crescente de individualização e isolamento, a crise dos laços sociais, a construção das identidades invadida pelo consumo em conjunto com a negação do coletivo e pela não apropriação do espaço que se realiza acompanhada da perda de referências e de identificação com a cidade gerando uma sensação de estranhamento, de não pertencimento a cidade contribuindo para o sentimento de mal-estar e para o desencadeamento da depressão. O esgotamento físico e mental e a queda da sociabilidade contribui para o diagnóstico da depressão o qual é tratado com antidepressivos não priorizando a busca pela compreensão e a solução das razões desse mal-estar.

Esse trabalho buscou uma explicação para o aumento de casos de depressão na cidade de São Paulo partindo de uma outra perspectiva (que não a médica), essa

que adquiri ao longo da formação no curso de geografia. Os capítulos elaborados não buscaram maior aprofundamento dos temas apresentados (também, por motivos da complexidade exigida para um trabalho individual de graduação), mas sim um ponto de partida para possíveis análises futuras. Devo salientar ainda a abordagem superficial dos temas relacionados a psicologia e psiquiatria, as quais não possuo conhecimento mais amplo. Trata-se portanto de um exercício exploratório localizando a depressão no processo de reprodução do urbano metropolitano.

Por fim, a partir das questões trabalhadas no texto, concluo que enquanto a depressão não for relacionada com a reprodução dos espaços vividos e com o cotidiano metropolitano e seus movimentos que causam o mal-estar, não será possível reverter o número de aumento de casos desse transtorno de maneira eficiente.

Referências bibliográficas

Almeida, Marcos Antonio Bettine de., Gustavo Luis Gutierrez, Renato Marques. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa.** São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. Disponível em: <http://www.each.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf>

American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://aempreendedora.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf>

Antunes, Ricardo. **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação).** Caderno CRH, n. 37, Salvador, 2002.

Antunes, Ricardo. **A sociedade da terceirização total.** Revista da ABET, v. 14, n. 1, Janeiro a Junho de 2015.

Arendt, Hannah. **A Condição Humana.** 10ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2007.

Barros, José Augusto C. **Estratégias mercadológicas da indústria farmacêutica e o consumo de medicamentos.** Revista Saúde pública São Paulo, 17:377-86, 1983.

Bauman, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** (1925). Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

Carlos, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade.** São Paulo: Labur Edições, 2007

Carlos, Ana Fani Alessandri. (org). **A Geografia na Sala de Aula.** 9ª edição, São Paulo: Contexto, 1999.

Carlos, Ana Fani Alessandri; Faria, Camila salles de; Santos, César Simoni; Volochko, Danili; Ribeiro, Fabiana Valdoski; Alves, Glória; Padua, Rafael Faleiros de;

Sampaio, Renata Alves Sampaio; Scifoni, Simone. **Crise Urbana**. 1ª edição, São Paulo: Contexto, 2018.

Carlos, Ana Fani Alessandri. **O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade**. GEOUSP – Espaço e Tempo São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.

Dortier, Jean-François. **Dicionário de Ciências Humanas**. Editora Martins Fontes, 2010.

Freud, Sigmund. **Luto e Melancolia**. In: A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914~1916). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XIV.

Freud, Sigmund. **O mal-estar na civilização** (1930). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996

Lefebvre, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Editora Ótica. São Paulo, 1991.

Marcellino, Nelson Carvalho. **Lazer: Concepções e Significados**. Licere Revista do centro de estudos de lazer e recreação/EEF/UFMG. v. 1. nº 1, 1998.

Morais, Regis. **O que é violência urbana**. 1ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção primeiros passos; 42)

Rouanet, Sergio Paulo. **Mal-Estar na Modernidade**. São Paulo. Companhia das letras, 1993.

Souza, Thaís Rabanea de; Lacerda, Acioly Luiz Tavares de. **Depressão ao longo da história**. Quevedo & Silva (org.). 2010. Disponível em: <https://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/c/a/cap_01_72_.pdf>

VIANA, Maria Carmen et al. São Paulo: **Megacity Mental Health Survey – a population based epidemiological study of psychiatric morbidity in the São Paulo metropolitan area: aims, design and field implementation**. Rev. Bras. Psiquiatr. [online]. 2009, vol.31, n.4, pp.375-386. ISSN 1516-4446. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462009000400016>

World Health Organization. **World Health statistics 2017**. Monitoring health for the SDGs, 2017.

World Health Organization. **Depression and Other Common Mental Disorders**. Global Health Estimates, 2017.

Notícias

Consumo de antidepressivos cresce 74% em seis anos no Brasil. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/consumo-de-antidepressivos-cresce-74-em-seis-anos-no-brasil/>> Acesso em 06/2018.

Depressão é a maior cauda de incapacitação no mundo, diz OMS. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2017/03/1871343-depressao-e-a-maior-caoa-de-incapacitacao-no-mundo-diz-oms.shtml>> Acesso em 06/2018.

Mais de 75 mil pessoas foram afastadas do trabalho por depressão em 2016. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2017/02/mais-de-75-mil-pessoas-foram-afastadas-do-trabalho-por-depressao-em-2016.html>> Acesso em 06/2018.

Nas farmácias, venda de remédio subiu 42% em cinco anos. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/focas/tanto-remedio-para-que/checkup-1.php>> Acesso em 06/2018.

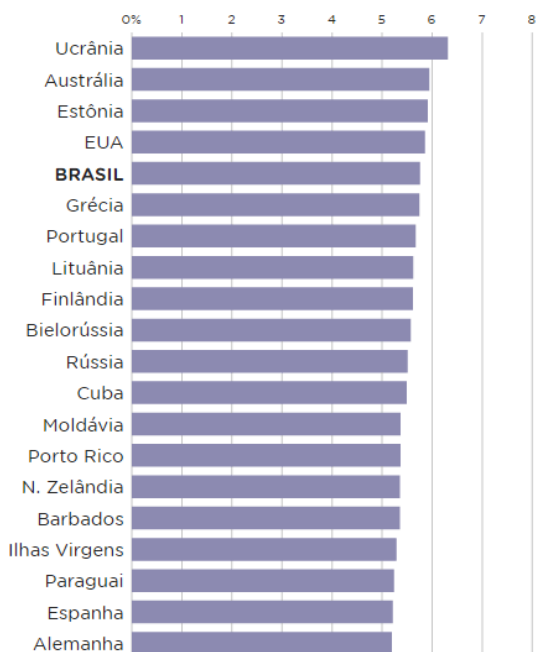
Segundo a OMS, depressão será a principal causa de afastamento de trabalhadores em 2020. Disponível em: <<https://www.revistaencontro.com.br/canal/atualidades/2017/12/segundo-a-oms-depressao-sera-a-principal-caoa-de-afastamento-de-trab.html>> Acesso em 06/2018.

Suicídio de adolescentes avança, e casos recentes mobilizam escolas de SP. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/suicidio-de-adolescentes-avanca-e-casos-recentes-mobilizam-escolas-de-sp.shtml>> Acesso em 06/2018.

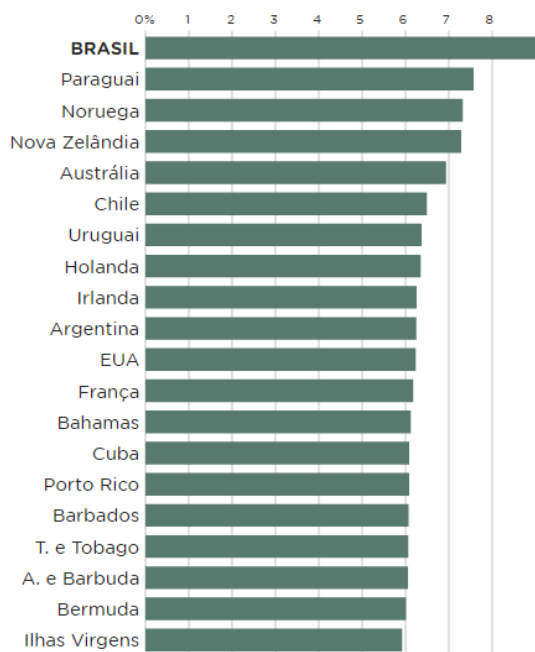
Anexos

Quais os números da depressão e da ansiedade o mundo.

PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO POR PAÍS

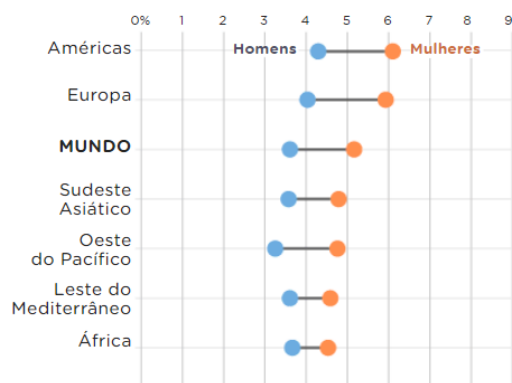


PREVALÊNCIA DE ANSIEDADE POR PAÍS



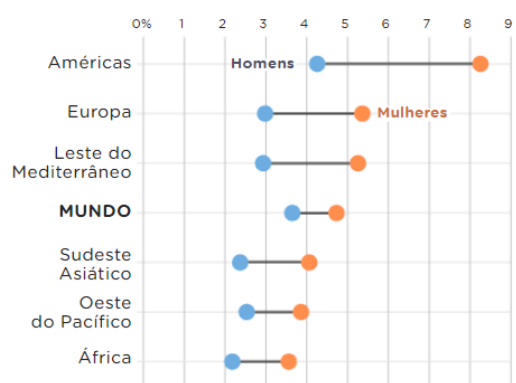
PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO POR GÊNERO

Em 2015, por região da OMS



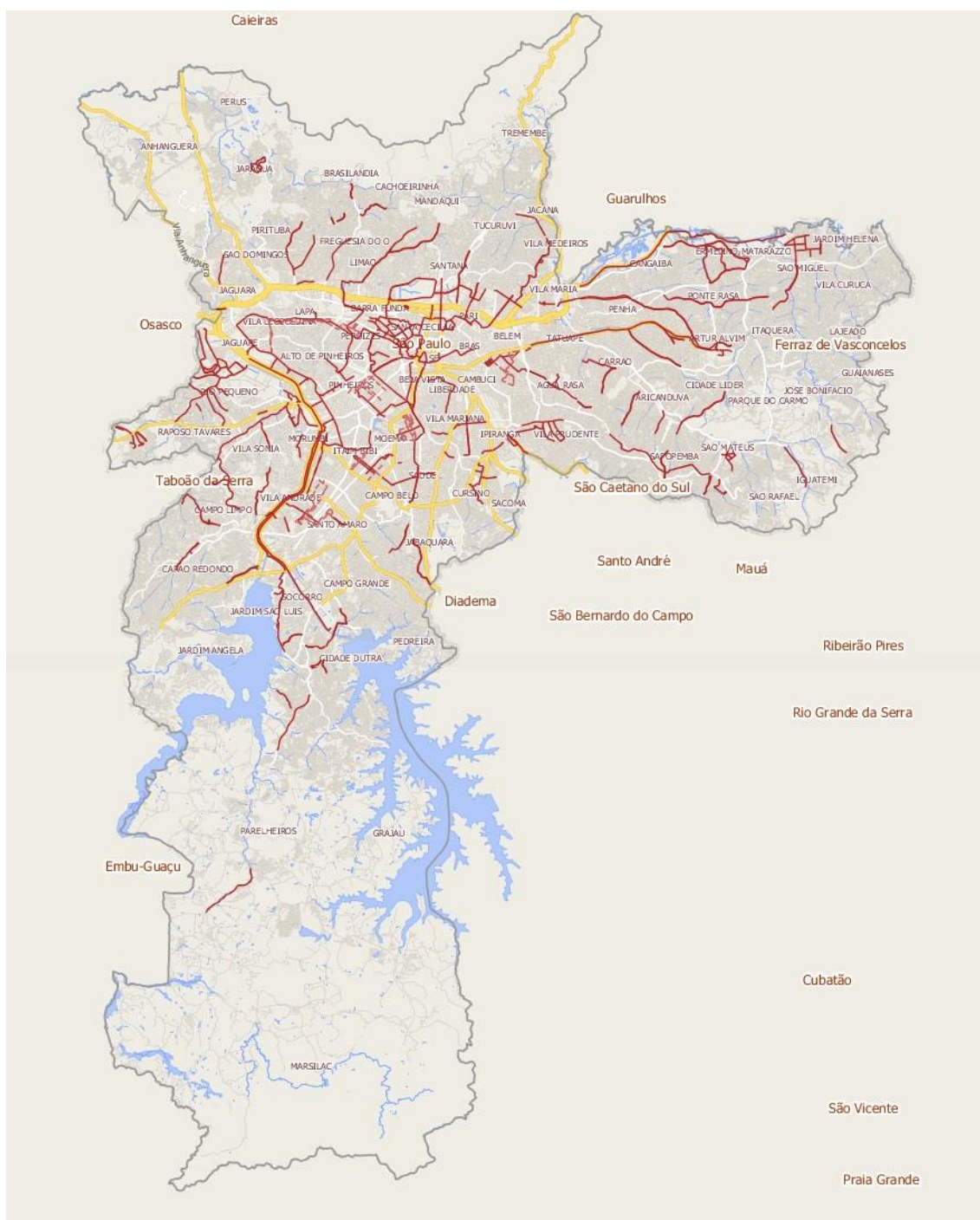
PREVALÊNCIA DE ANSIEDADE POR GÊNERO

Em 2015, por região da OMS



Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/03/06/Quais-os-n%C3%BAmeros-da-depress%C3%A3o-e-da-ansiedade-no-mundo>> Acesso em 06/2018.

Mapa das Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas.



Disponível em: <<http://cetsp1.cetsp.com.br/mapabasico/map.aspx?map=infraciclo>> Gerado em 06/2018.

Estimativas entre o período de 2012 e 2017 com base nas médias Anuais da PNAD Contínua

